



SENADO FEDERAL

MENSAGEM N° 39, DE 2018

(nº 263/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia.

AUTORIA: Presidência da República



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 263

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente na Mongólia.

Os méritos do Senhor Paulo Estivallet de Mesquita que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 21 de maio de 2018.

EM nº 00096/2018 MRE

Brasília, 14 de Maio de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA**, ministro de primeira classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente na Mongólia.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Bezerra Abbott Galvão

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA

CPF.: 349.807.170-04

ID.: 9015255831 SSP/RS

1959 Filho de Antônio Setembrino de Mesquita e Ruth Estivallet de Mesquita, nasce em 17 de dezembro, em Porto Alegre/RS

Dados Acadêmicos:

1983 Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

1984 CPCD - IRBr

1986 Pós-graduação em Administração, École Nationale d'Administration, Paris/FR

2004 CAD, IRBr - Multifuncionalidade e Preocupações Não-Comerciais: Implicações para as Negociações Agrícolas na OMC

Cargos:

1985 Terceiro-secretário

1989 Segundo-secretário

1997 Primeiro-secretário, por merecimento

2001 Conselheiro, por merecimento

2006 Ministro de segunda classe, por merecimento

2013 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1986-89 Divisão de Política Comercial, Assistente

1989-93 Embaixada em Roma/FAO, terceiro e segundo-secretário

1993-95 Embaixada em Santiago, segundo-secretário

1995-96 Secretaria de Planejamento Diplomático, assessor

1996-2000 Divisão de Política Comercial, assessor e subchefe

2000-01 Divisão da Ásia e Oceania II, chefe, substituto

2001-03 Gabinete do Ministro de Estado, assessor

Grupo de Trabalho Internacional sobre Créditos Oficiais à Exportação (IWG), 1^a. – 6^a. reuniões, – chefe de delegação;

2012-2014 Grupo Consultivo sobre Temas Econômicos e Comerciais dos BRICS (CGETI), 1^a.-9^a reuniões, chefe de delegação;

2014 Conferência Ministerial da OCDE, 2014 – chefe de delegação;

2015 Reuniões do Grupo Mercado Comum (GMC), Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC) e Cúpula de Presidentes do MERCOSUL, Assunção, 2015 – Coordenador Nacional para o Mercosul;

2003-08 Delegação Permanente em Genebra, conselheiro e ministro-conselheiro

2008-11 Delegação do Brasil junto à OMC, ministro-conselheiro

Grupo de Trabalho Internacional sobre Créditos Oficiais à Exportação (IWG), 1^a. – 6^a. reuniões, – chefe de delegação;

2012-2014 Grupo Consultivo sobre Temas Econômicos e Comerciais dos BRICS (CGETI), 1^a.-9^a reuniões, chefe de delegação;

2014 Conferência Ministerial da OCDE, 2014 – chefe de delegação;

2015 Reuniões do Grupo Mercado Comum (GMC), Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC) e Cúpula de Presidentes do MERCOSUL, Assunção, 2015 – Coordenador Nacional para o Mercosul;

2011-15 Departamento Econômico

2011 XXXVI Reunião Ministerial do Grupo de Cairns, chefe de delegação

2012	Grupo de Trabalho Internacional sobre Créditos à Exportação, chefe de delegação
2013	Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio, Reunião de Altos Funcionários, chefe de delegação
2013	Acordo-Quadro Brasil-EUA que estabelece bases para solução mutuamente satisfatória no contencioso do algodão, chefe de delegação
2013	VI Revisão da Política Comercial do Brasil, chefe de delegação
2011-15	Diretor do Departamento Econômico
2015	Subsecretário-Geral da América Latina e do Caribe
2016	Reunião de Coordenadores Nacionais e Reunião de Cúpula da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC), Quito, 2016 – Coordenador Nacional;
2016	Reunião de Coordenadores Nacionais e reunião de Chanceleres da CELAC, São Domingos, 2016 - Chefe de delegação.
2016	Reunião de Consultas Políticas Brasil-Cuba, Havana, chefe de delegação;
2016	Reuniões do Grupo Mercado Comum, Montevidéu, chefe de delegação;
2016	Cerimônias de posse presidencial da República Dominicana, Santo Domingo, representante do Senhor Presidente da República;
2016	Reunião de Ministros das Relações Exteriores da CELAC, Nova York, chefe de delegação;
2016	Reunião de Chanceleres CELAC-UE, Santo Domingo, chefe de delegação;
2016	Reunião de Ministros e Altos Funcionários responsáveis pelo comércio da ALADI, Montevidéu, chefe de delegação.
2017	Reunião de Cúpula da CELAC, Punta Cana, chefe de delegação;
2017	Reuniões do Grupo Mercado Comum (GMC), Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC) e Cúpula de Presidentes do MERCOSUL, Brasília, Coordenador Nacional para o Mercosul;
2017	Reunião Extraordinária de Chanceleres da UNASUL, Quito, chefe de delegação;
2017	Reunião de Consultas Políticas Brasil-Chile, Santiago, chefe de delegação;
2017	Reunião do Conselho de Chanceleres do Sistema de Integração Centro-americano (SICA) com representantes de países observadores e XLIX Cúpula do SICA, São José da Costa Rica, chefe de delegação;
2017	Reunião GMC-Mercosul/Grupo de Alto Nível da Aliança do Pacífico, Montevidéu, chefe de delegação;
2017	Reunião de Ministros das Relações Exteriores da CELAC, Nova York, chefe de delegação.
2016-18.	Membro do Conselho de Administração da Itaipu Binacional

Condecorações:

1986	Prêmio Rio Branco, IRBr, Medalha de Prata
1996	Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
2001	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Cavaleiro
2002	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Oficial
2002	Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador

Obras Publicadas:

2006	"Multifuncionalidade e Preocupações Não-comerciais: Implicações para as Negociações Agrícolas na OMC". Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2006.
2009	"Taxation and Representation in the WTO". In Stewart, Terence P. (ed.) "Opportunities and Obligations: New Perspectives on Global and US Trade Policy". Alphen aan den Rijn: Kluwer Law.
2013	"A Organização Mundial do Comércio". Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.
2013	"O papel central do setor privado na atuação do Brasil no Sistema de Solução de Controvérsias da OMC". In Benjamim, Daniela Arruda (org.). "O Sistema de Solução de Controvérsias da OMC". Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DO SERVIÇO EXTERIOR

SUBSECRETARIA-GERAL DA ÁSIA E DO PACÍFICO (SGASP)

Departamento da Ásia do Leste (DAL)

Divisão da China e da Mongólia (DCM)

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Maio de 2018

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República Popular da China
GENTÍLICO	Chinês
CAPITAL	Pequim
ÁREA	9.561.000 km ²
POPULAÇÃO	1,37 bilhão
LÍNGUA OFICIAL	Mandarim
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Ateísmo/agnosticismo (61%); budismo (18%); taoísmo (13%); cristianismo (4%); islamismo (2%); outras religiões (2%).
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Assembleia Nacional Popular; Parlamento unicameral, composto por 2.987 membros, eleitos para mandatos de 5 anos
CHEFE DE ESTADO	Presidente Xi Jinping (desde 14 de março de 2013)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-ministro Li Keqiang (desde 14 de março de 2013)
CHANCELER	Wang Yi (desde 14 de março de 2013)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2017)	US\$ 12,01 trilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2017)	US\$ 23,16 trilhões
PIB PER CAPITA (2017)	US\$ 8.643
PIB PPP PER CAPITA (2017)	US\$ 16.600
VARIAÇÃO DO PIB	6,86% (2017); 6,72% (2016); 6,9% (2015); 7,3% (2014); 7,7% (2013); e 7,7% (2012).
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2016)	0,738 (90 ^a posição entre 188 países)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2017)	3,90%
UNIDADE MONETÁRIA	Renminbi (ou yuan)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Li Jinzhang (23/01/2012)
EMBAIXADOR EM PEQUIM	Marcos Caramuru de Paiva (25/08/2016)
BRASILEIROS NO PAÍS	Há registro de 16.700 brasileiros residentes.

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-CHINA (em US\$ milhões, fonte: MDIC)										
Brasil → China	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Intercâmbio	36.557	36.915	56.381	77.105	75.479	83.330	77.961	66.327	58.498	74.810
Exportações	16.523	21.004	30.786	44.315	41.228	46.026	40.616	35.608	35.134	47.488
Importações	20.044	15.911	25.595	32.791	34.251	37.304	37.345	30.719	23.364	27.321
Saldo	-3.522	5.093	5.190	11.524	6.976	8.722	3.271	4.888	11.770	20.167

APRESENTAÇÃO

A República Popular da China (RPC), localizada na Ásia do Leste, é o país mais populoso – 1,37 bilhão de habitantes – e com o terceiro maior território – 9.596.961 km² – do mundo. Apresenta vasta e diversa paisagem geográfica, desde estepes e desertos ao norte até florestas subtropicais ao sul. Também é variada a composição humana, com 56 etnias, sendo a Han a mais numerosa – correspondente a mais de 90% da população.

A China tem sua história iniciada na Antiguidade, na bacia do Rio Amarelo, que corre na Planície Setentrional do país. Durante milênios, seu sistema político baseou-se em monarquias hereditárias. A República da China, fundada em 1912, encerrou o período monárquico. Em 1949, o Partido Comunista Chinês (PCC) venceu a guerra civil, e foi proclamada, em outubro, por Mao Tsé-Tung, a República Popular da China.

Com capital em Pequim, a RPC adota sistema de governo republicano parlamentarista, sob liderança do PCC. O país divide-se, administrativamente, em 22 províncias, 5 regiões autônomas – Xinjiang, Mongólia Interior, Tibete, Ningxia e Guangxi –, 4 municipalidades ligadas diretamente ao governo central – Pequim, Tianjin, Xangai e Chongqing – e duas Regiões Administrativas Especiais com forte autonomia – Hong Kong e Macau.

Durante os últimos dois mil anos de história, a China foi, por longo tempo, a maior economia do mundo. É, desde a introdução de reformas econômicas, em 1979, um dos países de mais forte crescimento do planeta. Desde 2014, detém o maior produto interno bruto por paridade de poder de compra.

PERFIL BIOGRÁFICOS

XI JINPING *Presidente da República*



Nasceu em 1953, em Fuping (província de Shaanxi). Graduou-se em engenharia química pela Universidade Tsinghua (1975-79), em Pequim. Mais tarde, obteve, pela mesma universidade, doutorado em Direito, com especialização em teoria marxista e educação política e ideológica. De 1969 a 1975, durante a Revolução Cultural, trabalhou no campo, na Brigada Liangjiahe, na província de Shaanxi. Exerceu cargos em nível provincial, com destaque para sua longa passagem por Fujian, de 1985 a 2002, e por Zhejiang, entre 2002 e 2007, província de que foi governador e diretor-local do PCC. Em 2008, tornou-se vice-presidente da China. Em novembro de 2012, sucedeu Hu Jintao como Secretário-Geral do Partido Comunista e Presidente da Comissão Militar Central e, em março de 2013, como Presidente da República. Visitou o Brasil em fevereiro de 2009 (ainda no cargo de vice-presidente) e em julho de 2014 (visita de Estado). Seu pai é o ex-vice-primeiro-ministro reformista Xi Zhongxun (1913-2002).

LI KEQIANG *Primeiro-Ministro do Conselho de Estado*



Nasceu em 1955. Ingressou, em 1976, no Partido Comunista Chinês (PCC) e graduou-se, em 1982, pela Faculdade de Direito da Universidade de Pequim, onde viria a obter doutorado em economia. Atuou, entre 1993 e 1998, como secretário, membro do Comitê Permanente e chefe do Departamento Escolar do Comitê Central da Liga da Juventude Comunista. Serviu como Secretário-Geral da Federação de Estudantes de toda a China.

Foi eleito, em 1998, Vice-Secretário do Comitê Provincial de Henan do PCC e, no ano seguinte, tornou-se o mais jovem governador provincial, cargo exercido até 2003. Foi, entre 2003 e 2004, Presidente do Comitê Permanente do Congresso do Povo da província de Henan. Exerceu, entre 2004 e 2007, a função de Secretário do Comitê Provincial de Liaoning do PCC. É, desde 2007,

membro do Comitê Permanente do Politburo. Foi, entre 2008 e 2013, vice-primeiro-ministro executivo do Conselho de Estado e vice-presidente do Pequeno Grupo de Liderança de Economia e Finanças do Comitê Central e, entre 2010 e 2013, diretor da Comissão Estatal de Segurança Alimentar. Foi escolhido, em março de 2013, por ocasião da XII Assembleia Nacional Popular, primeiro-ministro do Conselho de Estado da RPC, cargo a que foi reconduzido em 2018. Ocupa a segunda posição na hierarquia do Comitê Permanente do PCC.

RELAÇÕES BILATERAIS

Desde seu estabelecimento em 1974, as relações Brasil-China evoluíram de forma intensa, e ganharam densidade. Em 1988, os dois países iniciaram o Programa CBERS (*China-Brazil Earth Resources Satellite*/Satélites de Recursos Terrestres Brasil-China), para construção e lançamento de satélites de monitoramento terrestre. Em 1993, as relações foram elevadas à condição de Parceria Estratégica, e, a partir de 2004, passaram a contar com arcabouço institucional da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), mais alta instância permanente do diálogo político entre os dois países.

A COSBAN é chefiada, do lado brasileiro, pelo vice-presidente da República, mas, em razão da atual vacância desse cargo, o governo brasileiro designou para exercer temporariamente as funções de co-presidente da Comissão o chanceler Aloysio Nunes Ferreira. Do lado chinês, é liderada pelo vice-presidente Wang Qishan. A COSBAN reuniu-se quatro vezes: em 2006 (Pequim), 2012 (Brasília), 2013 (Cantão) e 2015 (Brasília).

A Secretaria Executiva é exercida, pelo lado brasileiro, pelo secretário-geral das Relações Exteriores e, pelo chinês, pelo vice-ministro do Comércio responsável por Américas.

A Comissão é o principal órgão decisório do Plano de Ação Conjunta Brasil-China 2015-2021 (PAC) e do Plano Decenal de Cooperação 2012-2021 (PDC).

A estrutura atual da COSBAN contempla doze Subcomissões temáticas: (1) Política, (2) Econômico-Comercial — com Grupos de Trabalho de Comércio, Investimentos, Propriedade Intelectual, Harmonização Estatística, Assuntos Aduaneiros e Comércio de Serviços —, (3) Econômico-Financeira, (4) de Inspeção e Quarentena, (5) de Agricultura — com Grupo de Trabalho de Biotecnologia Agrícola e Biossegurança —, (6) de Ciência, Tecnologia e Inovação, (7) de Indústria e Tecnologia da Informação, (8) de Cooperação Espacial, (9) de Energia e Mineração, (10) Educacional, (11) Cultural — com Grupo de Trabalho de Esportes — e (12) de Saúde.

Em 2012, foi estabelecida Parceria Estratégica Global entre os dois países, com a criação do Diálogo Estratégico Global (DEG), mecanismo em nível de chanceleres, para intercâmbio de opiniões sobre assuntos das agendas bilateral, regional e multilateral. A primeira reunião do Diálogo realizou-se em Brasília, em abril de 2014, e a segunda em Pequim, em junho de 2017.

O DEG comprehende dez diálogos setoriais: (1) Desarmamento e Não-Proliferação; (2) Direitos Humanos; (3) Temas Asiáticos; (4) Temas relativos aos Estados Unidos; (5) Planejamento Diplomático; (6) Temas de Oriente Médio; (7) Temas de Direito Internacional e Cooperação Jurídica; (8) Temas Migratórios e Consulares; (9) Temas Latino-Americanos e Caribenhos; e (10) Temas Africanos.

Em setembro de 2017, a visita de Estado do presidente Michel Temer à China deu seguimento ao ciclo de nove visitas bilaterais no mais alto nível: do lado brasileiro, duas visitas do presidente Lula, em 2004 e em 2009, e uma da presidente Dilma Rousseff, em 2011; do lado chinês, duas visitas do presidente Hu Jintao, em 2004 e 2010, uma do primeiro-ministro Wen Jiabao, em 2012, uma do presidente Xi Jinping, em 2014, e uma do primeiro-ministro Li Keqiang, em maio de 2015.

Durante a visita do presidente Michel Temer, foram mantidos encontros, entre outras autoridades, com o presidente Xi Jinping e o primeiro-ministro Li Keqiang, e assinados 22 atos, 6 dos quais governamentais — nas áreas de turismo, consular, cinema, comércio eletrônico, saúde e supervisão de produtos de consumo — e 16 privados.

O ministro Aloysio Nunes Ferreira realizará, de 14 a 16 de maio corrente, visita a Pequim, onde manterá encontros com autoridades chinesas.

Cooperação parlamentar

Os grupos parlamentares de amizade Brasil-China constituem instância de diálogo e aproximação. Na Câmara dos Deputados, o grupo, criado em 1993, é presidido pelo deputado Federal Herculano Passos (PMDB-SP). No Senado Federal, o grupo, criado em 2004, é presidido pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Assuntos consulares

Além da Embaixada em Pequim, o Brasil mantém na China três Consulados-Gerais – em Cantão, em Hong Kong e em Xangai.

A comunidade brasileira na China é estimada em 16.160 nacionais. Segundo dados de 2015, há 6.500 brasileiros residentes na jurisdição do Consulado-Geral em Cantão, 760 na jurisdição do Consulado-Geral em Hong Kong, 8.000 na jurisdição do Consulado-Geral em Xangai e 900 na jurisdição da Embaixada do Brasil em Pequim.

A China foi pioneira, no fim de 2015, no recebimento de *Visa Centers* do Brasil — em Pequim, em Xangai e em Cantão — que contribui para acelerar tramitação de pedidos de vistos por meio da terceirização de tarefas mais burocráticas do processo.

POLÍTICA INTERNA

O Estado chinês é composto por três grandes instituições paralelas: (1) Partido Comunista da China (PCC); (2) Assembleia Nacional Popular – ANP (ou Congresso Nacional Popular); e (3) Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CCPPC). Segundo a Constituição, o PCC ocupa posição de preeminência em relação à ANP e à CCPPC, instituições de governo. Observa-se, na prática, forte entrelaçamento de instâncias partidárias e governamentais.

A Assembleia é formalmente a instância máxima de governo, com cerca de 3 mil deputados, com mandato de 5 anos. A ela estão submetidos o Poder Executivo, com o Conselho de Estado e os Ministérios, e o Poder Judiciário. O Presidente da Suprema Corte possui mandato

igual ao dos parlamentares e só pode reeleger-se uma vez. A totalidade da ANP reúne-se apenas uma vez por ano, geralmente em março, para duas semanas de trabalhos legislativos. No restante do ano, os trabalhos são conduzidos por cerca de 200 delegados da Comissão Permanente da ANP.

A CCPPC apresenta-se como órgão de assessoramento da cúpula partidária e governamental. Nela estão representados o PCC, os demais partidos chineses, políticos sem filiação partidária, organizações populares, grupos étnicos compatriotas de Taiwan, Macau e Hong Kong, chineses que retornaram do exterior e indivíduos especialmente convidados.

O PCC divide-se em três esferas concêntricas de poder: (1) Comitê Permanente, com 7 integrantes; (2) Politburo: composto por 25 membros; e (3) Comitê Central, com 205 integrantes. A atual composição do Comitê Permanente do PCC, núcleo máximo de poder político na China, é a seguinte: Xi Jinping (secretário-geral do PCC e presidente da China), Li Keqiang (primeiro-ministro), Li Zhanshu (presidente do Congresso Nacional do Povo), Wang Yang (presidente da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês), Wang Huning (chefe do Secretariado do Comitê Central), Zhao Leji (chefe da Comissão Central de Inspeção Disciplinar) e Han Zheng (vice-primeiro-ministro).

O principal cargo político da China é o de Secretário-Geral do PCC, ocupado por Xi Jinping, que, a exemplo de seus antecessores Hu Jintao e Jiang Zemin, acumula também a Presidência da República. É considerado o líder mais forte desde Mao Tsé-Tung.

Em outubro de 2017, o XIX Congresso do PCC, além de confirmar a continuidade de Xi Jinping como Secretário-Geral do Partido, estabeleceu três objetivos nacionais: até 2020, a China deverá tornar-se "sociedade moderadamente próspera", da qual será erradicada a pobreza absoluta; de 2020 a 2035, deverá ser iniciada etapa final da modernização da sociedade chinesa, durante a qual a China deverá ascender à posição de líder global em inovação, com aprimoramento do estado de direito "com características chinesas" e fortalecimento do *soft power* chinês; e de 2035 a 2050, deverá ser completada modernização da sociedade chinesa, quando serão atingidos elevados índices de avanço material, político, social e cultural, e a China deverá passar, então, a ser líder global.

Em 20 de abril de 2018, nas reuniões anuais da ANP e da CCPPC, foram aprovadas as seguintes medidas: mudança constitucional que retirou limite de dois mandatos consecutivos para presidente e vice-presidente da República, reforma da estrutura do governo e criação da Comissão Nacional de Supervisão, órgão que ampliará a campanha anticorrupção.

Taiwan

A questão de Taiwan é de extrema importância política para a China. No preâmbulo da Constituição da República Popular da China (RPC) está consignado que "Taiwan é parte inalienável do território chinês, e a completa reunificação de Taiwan com a China continental é tarefa de todo o povo chinês, incluídos os taiwaneses".

Desde a eleição, em Taiwan, da líder Tsai Ing-wen, integrante do Partido Progressista Democrático (DPP), verificou-se aumento da tensão no relacionamento entre os dois lados do estreito, agravado pela decisão dos Estados Unidos, de março de 2018, de aprovar o "Taiwan Travel Act", que encoraja troca de visitas entre autoridades norte-americanas e taiwanesas.

O governo da RPC reagiu de maneira assertiva à vitória do DPP, enfatizando que a nova administração taiwanesa deve aderir ao Consenso de 1992, que contempla o princípio de "uma só China".

O Brasil não mantém relações diplomáticas com Taiwan desde agosto de 1974, quando foi emitido o Comunicado Conjunto sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas com a República Popular da China (RPC).

Tibete

No século XVIII, o Tibete foi conquistado pela dinastia Qin (Manchu). Com a dissolução do Império Chinês, em 1911, os tibetanos proclamaram sua independência.

Em 1951, o Tibete foi integrado à China como região autônoma. Embora tenha suscitado protestos no âmbito da ONU, o processo foi tacitamente aceito pelos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança (entre os quais, naquela época, Taiwan) e pela comunidade internacional.

Desde 1971, quando a República Popular da China substituiu Taiwan na Assembleia Geral e no Conselho de Segurança das Nações Unidas, o assunto não foi mais levantado naquele foro.

A China enfatiza a posição de que o Tibete é parte inalienável do território chinês e assunto interno da China.

POLÍTICA EXTERNA

A realização do XIX Congresso do PCC, em outubro de 2017, oficializou a narrativa atual da política externa da China. O relatório do presidente Xi Jinping ao Congresso trouxe numerosas mensagens ao exterior, que sinalizam maior assertividade do país no cenário internacional. Essas mensagens encerram ainda ideias de cooperação, sobretudo em comércio e em investimentos em infraestrutura.

Parte importante desse novo perfil expressa-se na prioridade atribuída por Pequim à iniciativa *Belt and Road* (ou "Cinturão e Rota"), de investimentos em conectividade e infraestrutura. Trata-se de ambiciosa iniciativa do governo Xi Jinping, transversal à atuação internacional da China em diferentes frentes.

De forma esquemática, cinco eixos orientam a política externa chinesa. O primeiro é definido como "relação entre grandes países", entre os quais os Estados Unidos, a Rússia e a União Europeia.

Quanto aos Estados Unidos, busca-se consolidar a ideia de que a região da Ásia-Pacífico comporta presença tanto da China quanto daquele país. Esse posicionamento contrapõe-se à teoria da "ameaça chinesa", segundo a qual a China é percebida como principal ameaça, a médio e a longo prazo, à primazia econômica e militar dos Estados Unidos.

Ao mesmo tempo, Pequim e Moscou articulam-se na tentativa de estabelecimento de arcabouço de segurança na Ásia. Segundo declarado pelo chanceler Wang Yi em abril de 2014, a "parceria-estratégica de coordenação" sino-russa é a mais substancial e de maior importância estratégica nas relações entre grandes potências.

No caso da União Europeia, verificam-se convergências na defesa do multilateralismo, porém divergências relacionadas a acesso ao mercado chinês.

O segundo eixo é a relação com países vizinhos, à qual a China dedica especial atenção. Pequim tem mantido posições firmes sobre questões de disputas territoriais, ao mesmo tempo empenhando esforços para evitar conflitos.

Pequim investe na normalização das relações com Japão e Índia. A China confere, ainda, especial atenção à condução da questão coreana, em razão de seu forte potencial desestabilizador regional e global.

O terceiro eixo relaciona-se ao fortalecimento da parceria com países em desenvolvimento como base da diplomacia econômica chinesa. Nesse âmbito, inserem-se as relações com a América Latina e Caribe (ALC) e com a África. Em 2014, foi formalizada a criação do Foro CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos)-China. Na África, Pequim apresenta-se como parceiro para o desenvolvimento, a despeito de críticas sobre reforço da relação de dependência dos países daquele continente.

O quarto eixo concerne à progressiva atenção que Pequim atribui a organismos e foros multilaterais e plurilaterais como a Organização das Nações Unidas (ONU), G20, BRICS, Organização de Cooperação de Xangai (OCX), APEC e outros, estabelecidos em diferentes regiões. Esse adensamento de participação reflete a afirmação, pela China, no cenário internacional, de seu protagonismo e de sua identidade de país emergente e em desenvolvimento.

O quinto eixo ressalta a importância da diplomacia pública como instrumento de contato com a sociedade civil.

BRICS

Brasil e China cooperam no âmbito do agrupamento BRICS desde 2008, de modo a ampliar os espaços de concertação política dos dois países em escala global, e já lograram importantes resultados, entre os quais destaca-se a criação do Novo Banco de Desenvolvimento e do Arranjo Contingente de Reservas. O BRICS oferece, ademais, oportunidades de cooperação em áreas-chave para o enfrentamento dos desafios comuns dos países de renda média. Há grande potencial para cooperação nas áreas de saúde, inovação, infraestrutura e energia. Em saúde, é significativo o estabelecimento da Rede de Pesquisa em Tuberculose, voltada ao desenvolvimento de diagnóstico, vacinas e tratamentos inovadores para a doença.

Fórum de Macau

O Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e Países de Língua Portuguesa – Fórum de Macau – foi criado, em 2003, por iniciativa do Ministério do Comércio da China (MOFCOM) com o objetivo declarado de promover o comércio e os investimentos entre os países de língua oficial portuguesa e a China.

O Secretariado Permanente do Fórum, com sede em Macau, é composto por um secretário-geral, indicado pela China. Além da China, são membros do Fórum Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

No âmbito do Fórum, foi criado, em 2013, o Fundo da Cooperação para o Desenvolvimento entre a China e os Países de Língua Portuguesa, administrado pelo Banco de Desenvolvimento da China (CDB).

A cada três anos realizam-se conferências ministeriais das pastas, em princípio, de comércio. Na última dessas reuniões, em 2016, foi adotado o Plano de Ação 2017-2019, bem como o Memorando de Entendimento sobre a Promoção da Cooperação da Capacidade Produtiva do Fórum de Macau.

Foro CELAC-China

A criação do Foro resultou de uma proposta chinesa, apresentada pelo então primeiro-ministro Wen Jiabao, em visita à região em 2012, e aprovada pelos chefes de estado e de governo da CELAC na Cúpula de Havana, em janeiro de 2014. O Foro foi lançado simbolicamente em Brasília, em julho de 2014, quando o governo brasileiro organizou, a pedido da China, a Cúpula de Líderes da China e de Países da América Latina e Caribe.

Foram realizadas duas reuniões ministeriais do Foro, a primeira em Pequim, em 2015, e a segunda em janeiro deste ano, em Santiago. Nesta última, foi adotado o Plano de Ação 2019-2021, que prevê ações para promoção do desenvolvimento sustentável e incremento das relações entre a China e os países da América Latina e do Caribe.

BASIC

O Brasil e a China atuam em coordenação por meio do BASIC, agrupamento que reúne Brasil, África do Sul, Índia e China, estabelecido em 2007, no contexto das negociações sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e seu Protocolo de Quioto. Esse grupo desempenha papel de liderança na busca de convergências no regime sobre mudança do clima e na construção de resposta global efetiva e justa para o aquecimento global.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia chinesa encontra-se em fase de transição entre modelo de investimentos públicos e maior participação do consumo privado. A estratégia econômica estabelecida por Deng Xiaoping, alicerçada em elevados investimentos em infraestrutura e exportações de produtos intensivos em mão de obra – ainda que tenha assumido nova configuração, com o atual predomínio de produtos de alto valor agregado na pauta exportadora da China –, mostra sinais de esgotamento.

Um dos subprodutos do processo de transição é a relativa redução, nas últimas duas décadas, do nível de crescimento médio do PIB chinês. A despeito dessa desaceleração, a China tornou-se, em 2014, a maior economia do mundo em termos de PIB/PPP, de acordo com dados do FMI. O processo é descrito, no jargão oficial, como passagem do desenvolvimento "de alta velocidade" para o "de alta qualidade".

Nesse contexto, em novembro de 2013, o Comunicado Final do Terceiro Pleno do 18º Comitê Central do Partido Comunista anunciou o mais ambicioso programa de reformas desde o início da "reforma e abertura". A base das reformas é a avaliação de que o mercado deve exercer "papel decisivo" na alocação de recursos na China. Entre os principais objetivos contemplados, destacam-se a redução do papel das estatais; a reforma agrária com vistas a criar mercado de propriedades rurais; a reforma financeira, por meio da flexibilização do câmbio e gradual liberalização dos juros; a reforma fiscal, por meio de sistema orçamentário transparente e definição de competências para províncias e cidades; as reformas política e administrativa, por intermédio do aperfeiçoamento do sistema de justiça e do combate à corrupção; e a abertura de mercados a investimentos estrangeiros.

Em outubro de 2017, no discurso de abertura do XIX Congresso do PCC, Xi Jinping afirmou que a China "apoiará o capital estatal para se tornar mais forte, mais eficiente e maior, tornando as empresas chinesas competitivas globalmente". Defendeu também, como principal meta para a economia chinesa, a implementação de "reforma do lado da oferta", por meio de incremento na eficiência produtiva, mantendo a China aberta ao mundo.

Conjuntural atual

Ao longo de 2017, a China manteve crescimento a taxas de 6,9%, superando a meta do governo e expectativas do mercado. No primeiro trimestre de 2018, o PIB cresceu 6,8% em comparação com igual período do ano passado. O consumo das famílias e o investimento privado foram os principais fatores da expansão.

O consumo interno foi responsável por 77,8% do crescimento. A renda das famílias registrou crescimento superior ao da média da economia, indicando que o consumo, em substituição ao investimento, pode sustentar-se como principal motor da atividade chinesa.

A alta dos investimentos das empresas estatais foi a menor da série histórica, como reflexo da política do governo central de acentuada redução dos níveis de endividamento das companhias públicas e das esferas subnacionais de governo.

Os serviços contribuíram com 61,6% do PIB, superando em 25 pontos percentuais a participação da indústria e da construção civil. O setor apresentou crescimento trimestral de 8,1% em relação ao ano passado. Os melhores desempenhos foram obtidos por empresas de informação (tecnologia e transmissão) e inovação tecnológica, aluguéis e "business services".

Os números da balança comercial também reforçam o crescente peso da economia interna. As importações chinesas registraram, no primeiro trimestre, aumento de 11,7%, em comparação com 7,4% das exportações. O saldo comercial caiu um quinto em relação ao ano passado.

Comércio e investimentos bilaterais

No campo do comércio, a China é, desde 2009, o principal parceiro do Brasil. A corrente de comércio alcançou US\$ 74,8 bilhões no ano passado — exportações de US\$ 47,4 bilhões e importações de US\$ 27,3 bilhões —, com superávit brasileiro de US\$ 20,1 bilhões. No primeiro trimestre de 2018, o intercâmbio cresceu 9% em relação ao mesmo período do ano passado. Em

contrapartida, o Brasil é o nono maior parceiro comercial da China, com participação de 2,1% na corrente de comércio daquele país.

Os três principais produtos de exportação para a China (soja, minério de ferro e petróleo, em ordem decrescente) representam 79,8% do total das vendas brasileiras para aquele país.

Por sua vez, os vinte primeiros produtos da pauta de importação brasileira da China — quase todos componentes eletroeletrônicos — representam 21% das importações totais oriundas da China.

No domínio dos investimentos, é crescente a presença chinesa no Brasil. O estoque de inversões, que, até 2009, era pouco superior a US\$ 300 milhões, em 2014, superava US\$ 12 bilhões, segundo dados do Banco Central do Brasil.

Em termos de distribuição setorial, os investimentos chineses dirigiram-se, em 2017, às áreas de energia renovável, saneamento, telecomunicações, agronegócio, serviços, aproveitamento energético, serviços de TI, infraestrutura portuária, investimento bancário e financeiro.

Em 2016, foi criado o Fundo Brasil-China de Cooperação para a Expansão da Capacidade Produtiva, no montante de US\$ 20 bilhões (dos quais US\$ 15 bilhões oriundos da parte chinesa e US\$ 5 bilhões da parte brasileira), destinado ao financiamento de projetos de infraestrutura.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

221 a 210 a.C.	Unificação de diversos reinos feudais sob o Imperador Qin Shihuang.
206 a 220 d.C.	Dinastia Han.
618 a 907	Dinastia Tang.
960 a 1279	Dinastia Song.
1368 a 1644	Dinastia Ming.
1644	Início da Dinastia Qing (ou Manchu).
1839 a 1842	Primeira Guerra do Ópio, entre Grã-Bretanha e China.
1842	Tratado de Nanquim abre os portos chineses aos comerciantes britânicos.
1856 a 1860	Segunda Guerra do Ópio, entre Grã-Bretanha e China.
1894 a 1895	Primeira Guerra Sino-Japonesa.
1900	Rebelião dos Boxers, contra a dominação da China por potências ocidentais.
1912	Proclamação da República da China.
1921	Fundação do Partido Comunista Chinês (PCC).
1934 a 1935	“Longa Marcha” das forças comunistas lideradas por Mao Tsé-Tung.
1937	Japão invade a China.
1949	Fundação da República Popular da China (RPC), em 1º de outubro, por Mao Tsé-Tung
1958	Programa “Grande Salto Adiante”: coletivização da agricultura.
1962	Disputa territorial com a Índia, na região do Himalaia.
1966	Início da Revolução Cultural.
1969	Conflito fronteiriço com a União Soviética.
1971	Governo da China passa a ocupar assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.
1972	Visita do Presidente dos EUA, Richard Nixon, à China.
1976	Morte de Mao Tsé-Tung. Fim da Revolução Cultural.
1978	Abertura da RPC aos investimentos estrangeiros; adoção de medidas de incentivo à economia de mercado e ao setor privado.
1989	Forças Armadas reprimem manifestantes na Praça da Paz Celestial (Tiananmen).
1993	Jiang Zemin assume oficialmente a Presidência da China.
1994	China adota política de câmbio flutuante para o renminbi (yuan).
1997	Hong Kong é devolvida à China pelo Reino Unido.
1999	Macau é devolvida à China por Portugal.
2001	China torna-se membro da Organização Mundial do Comércio (OMC).
2003	Hu Jintao é eleito, pelo Congresso Nacional do Povo, presidente da China; China e Índia chegam a acordo histórico sobre diferendos territoriais; lançamento do primeiro astronauta chinês ao espaço.
2004	Assinatura de acordo comercial com a ASEAN.
2005	Nova lei sobre Taiwan determina uso da força caso ilha declare independência. Presidente Bush visita a China.
2006	Visita do Presidente Hu Jintao a Washington.
2007	17º Congresso do PCC: Hu Jintao é reconduzido no cargo de secretário-geral do PCC.
2008	Terremoto em Sichuan. Jogos Olímpicos de Pequim.
2009	Comemoração dos 60 anos da fundação da RPC.
2010	V Sessão Plenária do XVII Comitê Central do PCC – vice-presidente Xi Jinping nomeado vice-presidente da Comissão Militar Central.
2011	Visita de Hu Jintao a Washington.
2012	18º Congresso Nacional do PCC: Xi Jinping é alçado ao posto de Secretário-Geral do PCC, sucedendo a Hu Jintao.
2013	Confirmação de Xi Jinping no cargo de presidente da República Popular da China. Criação da Zona de Identificação de Defesa Aérea (ADIZ) no Mar do Leste da China (novembro).
2014	Protestos na Região Administrativa Especial de Hong Kong. Assinatura de Memorando de Entendimento para criação do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura. Visita do presidente Barack Obama à China. Encontro entre o presidente Xi Jinping e o primeiro-ministro japonês Shinzo Abe, à margem das reuniões da APEC.

2015	O presidente da China, Xi Jinping, e representante de Taiwan, Ma Ying-jeou encontram-se em Singapura (foi o primeiro encontro de altas autoridades desde a Guerra Civil Chinesa)
2016	Crescimento econômico chinês cai a sua taxa mais baixa em 25 anos (6,9%)
2017	19º Congresso do Partido Comunista da China aprova inclusão do nome e ideologia de Xi Jinping na Constituição do país.
2018	Congresso Nacional do Povo vota pela remoção do limite de dois mandatos presidenciais.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1974	O Brasil e a China estabelecem relações diplomáticas.
1978	Assinatura de Acordo Comercial Brasil-China.
1984	Visita do ministro dos Negócios Estrangeiros Wu Xueqian ao Brasil; Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Energia Nuclear; Acordo para criação de consulados em São Paulo e Xangai.
1988	Presidente José Sarney visita a China; início do programa de satélites sino-brasileiro (CBERS – <i>China-Brasil Earth Resource Satellite</i>).
1993	Visita do ministro dos Negócios Estrangeiros Qian Qichen ao Brasil; Presidente Jiang Zemin visita o Brasil; estabelecimento da Parceria Estratégica Brasil-China.
1995	Presidente Fernando Henrique Cardoso visita a China; Brasil declara apoio à entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC).
1999	Lançamento do CBERS-1.
2000	Visita do ministro dos Negócios Estrangeiros Tang Jiaxuan ao Brasil; China torna-se o maior parceiro comercial do Brasil na Ásia; abertura de escritório da Embraer em Pequim.
2003	Lançamento do CBERS-2.
2004	Ministro Celso Amorim visita a China em fevereiro; Presidente Lula visita a China em maio; Presidente Hu Jintao visita o Brasil em novembro; Criação da COSBAN.
2006	I Reunião da COSBAN.
2007	Reunião da Subcomissão Política da COSBAN; Lançamento do satélite CBERS-2B; I Reunião do Diálogo Estratégico Brasil-China.
2008	Visitas ao Brasil do Ministro do Comércio da China ao Brasil;
2009	Visitas ao Brasil do vice-presidente da China, Xi Jinping (fevereiro) e do ministro dos Negócios Estrangeiros, Yang Jiechi (janeiro); Visita de Estado do presidente Lula à China (maio). Visita à China do ministro da Defesa, Nelson Jobim (outubro);
2010	Visita de Estado do presidente Hu Jintao ao Brasil (abril). Lançamento do Plano de Ação Conjunta – PAC 2010-2014 (abril). Visita do ministro da Defesa da China ao Brasil (setembro).
2011	Visita de Estado da presidente Dilma Rousseff à China (abril). Visita do ministro do Comércio, Chen Deming, ao Brasil (maio).
2012	II Reunião da COSBAN, presidida do lado brasileiro pelo vice-presidente Michel Temer, em Brasília (fevereiro) e, pelo lado chinês, pelo vice-primeiro-ministro Wang Qishan. Visita do presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, à China (maio). Visita do primeiro-ministro Wen Jiabao ao Brasil (junho). Visita do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Fernando Pimentel, à China (julho). Missão à China de delegação do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-China do Senado Federal, a convite do Governo chinês (novembro).
2013	Encontro da presidente Dilma Rousseff com o presidente chinês Xi Jinping à margem da V Cúpula do BRICS em Durban (março). Missão da ministra-chefes da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, e do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, a Pequim (agosto). Visita da ministra da Cultura, Marta Suplicy, à China (setembro). III Reunião da COSBAN, presidida, do lado brasileiro, pelo vice-presidente Michel Temer e, do lado chinês, pelo vice-primeiro-ministro Wang Yang, em Cantão (novembro).
2014	Visita oficial do presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Alves, à China (abril). I Reunião do Diálogo Estratégico Global (abril). Visita de Estado do presidente Xi Jinping ao Brasil (Brasília, julho). Cúpula de Brasília de Líderes da China e de Países da América Latina e Caribe (julho). Visita do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Neri Geller, à China (novembro). Encontro bilateral entre a presidente Dilma Rousseff e o presidente Xi Jinping à margem da IX Cúpula do G20, em Brisbane (novembro). Visita do Secretário do Partido Comunista da China na Província de Jiangsu, Luo Zhijun, ao Brasil (novembro).

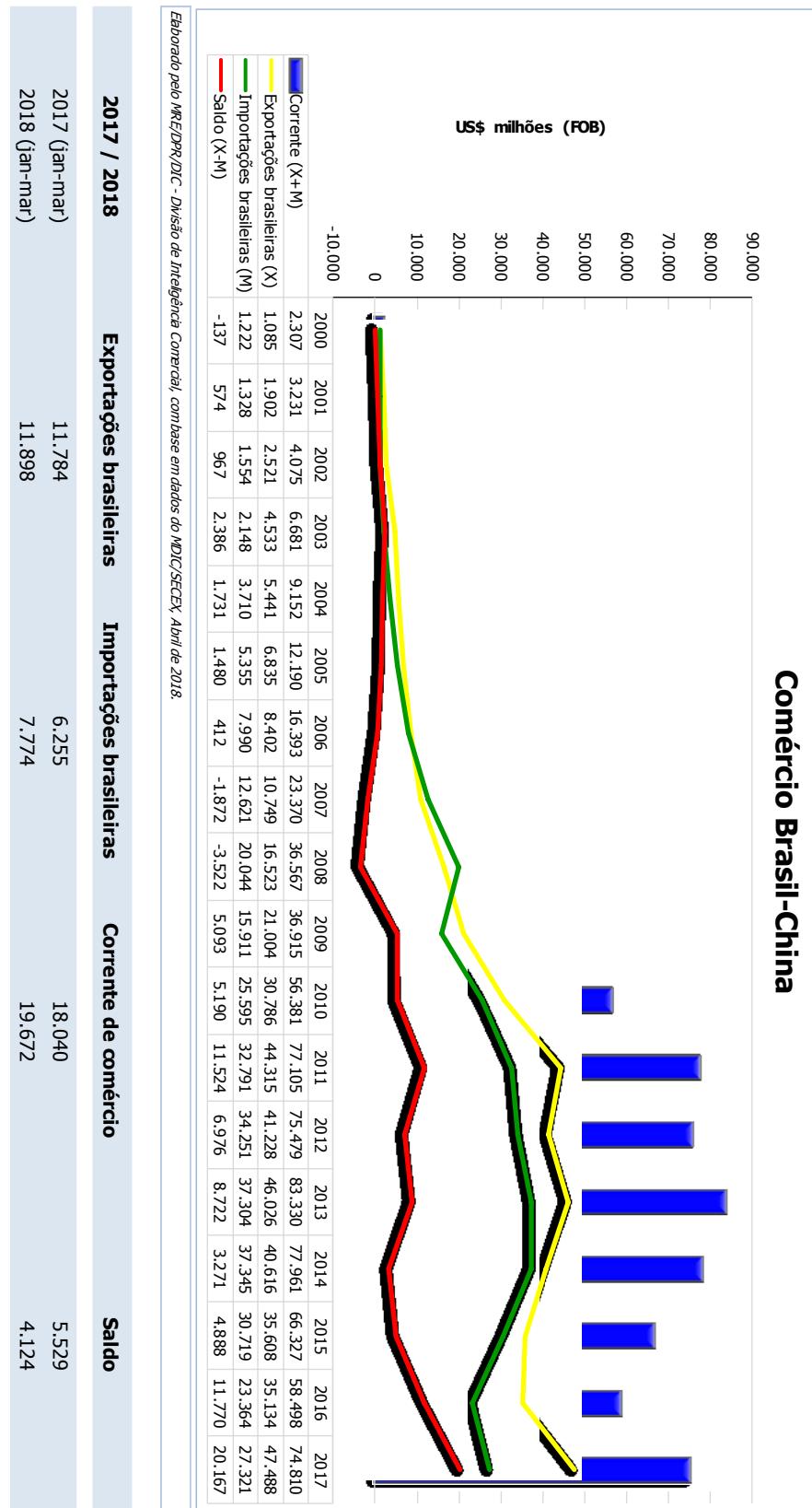
	Lançamento do satélite CBERS-04, em Taiyuan (dezembro).
2015	Visita do vice-presidente Li Yuanchao para as cerimônias de posse da presidente da República, Dilma Rousseff (janeiro). I Reunião Ministerial do Fórum CELAC-China, em Pequim (janeiro). Brasil adere ao Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) como membro fundador (abril). Visita do primeiro-ministro da China, Li Keqiang, ao Brasil (maio). IV Sessão Plenária da COSBAN (presidiram a Sessão, do lado brasileiro, o vice-presidente da República, Michel Temer, e, do lado chinês, o vice-primeiro-ministro do Conselho de Estado, Wang Yang). Encontro entre a presidente Dilma Rousseff e o presidente Xi Jinping à margem da VII Cúpula do BRICS (julho). Encontro entre a presidente Dilma Rousseff e o presidente Xi Jinping à margem da COP 21 (novembro).
2016	O presidente da República, Michel Temer, realiza viagem a Xangai para participar do Seminário Empresarial de Alto Nível Brasil-China (setembro)
2017	Visita do ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, à China (junho) Visita de Estado do presidente Michel Temer (setembro)
2018	Realização da II Reunião do Fórum CELAC-China, em Santiago. Visita do ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, à China (maio)

ACORDOS BILATERAIS

Título	Celebração	Entrada em vigor	Publicação (D.O.U.)
Acordo Comercial	07/01/1978	22/11/1978	13/03/1979
Convênio sobre Transportes Marítimos	22/05/1979	30/10/1980	05/11/1980
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica	25/03/1982	30/03/1984	25/08/1992
Protocolo entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a Comissão Estatal de Ciência e Tecnologia no Campo da Cooperação Científica e Tecnológica	29/05/1984	29/05/1984	13/06/1984
Protocolo Adicional ao Acordo de Comércio	29/05/1984	29/05/1984	22/06/1984
Acordo para Criação de Consulados em São Paulo e em Xangai	15/08/1984	15/08/1984	23/08/1984
Acordo para a Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear	11/10/1984	21/12/1987	15/01/1988
Protocolo de Cooperação em Matéria de Siderurgia	01/11/1985	01/11/1985	18/11/1985
Protocolo de Cooperação em Matéria de Geociências	01/11/1985	01/11/1985	18/11/1986
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional	01/11/1985	08/03/1988	22/04/1988
Protocolo de Cooperação na Área de Tecnologia Industrial	06/07/1988	29/12/1989	12/03/1990
Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica	18/05/1990	05/03/1992	24/07/1992
Acordo Destinado a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda	05/08/1991	06/01/1993	20/02/1993
Acordo, por Troca de Notas, sobre a Instalação Mútua de Consulados-Gerais	05/08/1991	04/09/1991	16/09/1991
Acordo sobre Serviços Aéreos	11/07/1994	27/11/1997	17/02/1998
Acordo-Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior	08/11/1994	29/06/1998	31/07/1998
Acordo de Quarentena Vegetal	13/12/1995	03/07/1997	02/10/1997
Acordo sobre Segurança Técnica Relacionada ao Desenvolvimento Conjunto dos Satélites e Recursos Terrestres	13/12/1995	29/06/1998	30/07/1998
Acordo sobre a Manutenção do Consulado-Geral na Região Administrativa Especial de Hong Kong da República Popular da China	08/11/1996	01/07/1997	18/11/1996
Protocolo Complementar ao Acordo-Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior para a Continuidade do Desenvolvimento Conjunto de Satélites de Recursos Terrestres	27/11/2002	25/03/2008	09/09/2008
Tratado sobre Assistência Judiciária Mútua em Matéria Penal	24/05/2004	26/10/2007	04/12/2007
Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos Oficial e de Serviços	24/05/2004	10/08/2004	10/08/2004

Tratado de Extradição entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China	12/11/2004	10/04/2015	10/04/2015
Acordo sobre o Fortalecimento da Cooperação na Área de Implementação de Infraestrutura de Construção	05/06/2006	22/11/2006	04/01/2007
Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre Auxílio Judicial em Matéria Civil e Comercial	19/05/2009	10/04/2015	10/04/2015
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China de Assistência Mútua Administrativa em Matéria Aduaneira	21/06/2012	-	30/12/2015
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre a Facilitação da Concessão de Vistos para Homens de Negócios	16/07/2014	15/08/2014	13/08/2014
Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China	19/05/2015	19/05/2015	-
Emenda ao Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China Sobre Facilitação de Vistos para Homens de Negócios	01/09/2017	01/10/2017	-
Acordo de Coprodução Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China	01/09/2017	-	-
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre a facilitação de vistos de turista	01/09/2017	01/10/2017	11/09/2017

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS



2017 / 2018

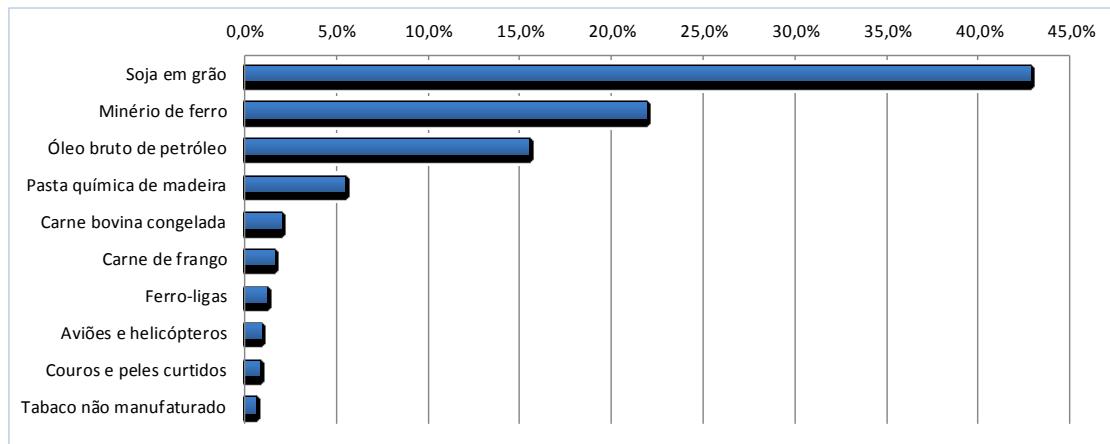
Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (jan-mar)	11.784	6.255	5.529
2018 (jan-mar)	11.898	7.774	4.124

Composição das exportações brasileiras para a China (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Soja em grão	15.788	44,3%	14.386	40,9%	20.310	42,8%
Minério de ferro	6.452	18,1%	7.315	20,8%	10.393	21,9%
Óleo bruto de petróleo	4.139	11,6%	3.908	11,1%	7.351	15,5%
Pasta química de madeira	1.862	5,2%	2.166	6,2%	2.573	5,4%
Carne bovina congelada	476	1,3%	703	2,0%	929	2,0%
Carne de frango	608	1,7%	859	2,4%	761	1,6%
Ferro-ligas	571	1,6%	475	1,4%	564	1,2%
Aviões e helicópteros	165	0,5%	332	0,9%	403	0,8%
Couros e peles curtidos	426	1,2%	389	1,1%	398	0,8%
Tabaco não manufaturado	264	0,7%	279	0,8%	276	0,6%
Subtotal	30.751	86,4%	30.812	87,7%	43.957	92,6%
Outros	4.856	13,6%	4.322	12,3%	3.531	7,4%
Total	35.608	100,0%	35.134	100,0%	47.488	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Abril de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

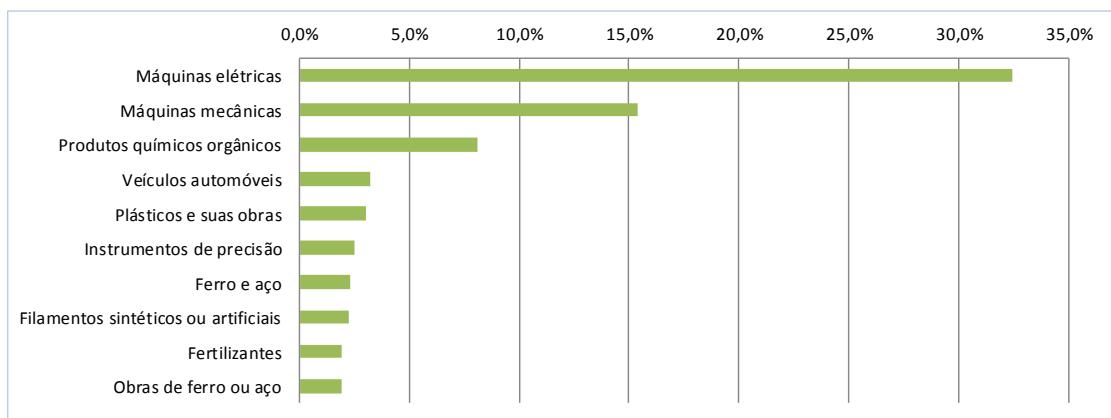


Composição das importações brasileiras originárias para a China (SH2)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas elétricas	8.471	27,6%	6.954	29,8%	8.859	32,4%
Máquinas mecânicas	5.230	17,0%	4.013	17,2%	4.210	15,4%
Produtos químicos orgânicos	1.960	6,4%	1.989	8,5%	2.212	8,1%
Veículos automóveis	744	2,4%	582	2,5%	874	3,2%
Plásticos e suas obras	928	3,0%	730	3,1%	825	3,0%
Instrumentos de precisão	671	2,2%	575	2,5%	692	2,5%
Ferro e aço	934	3,0%	427	1,8%	633	2,3%
Filamentos sintéticos ou artificiais	557	1,8%	531	2,3%	612	2,2%
Fertilizantes	635	2,1%	404	1,7%	523	1,9%
Obras de ferro ou aço	820	2,7%	437	1,9%	522	1,9%
Subtotal	20.950	68,2%	16.642	71,2%	19.962	73,1%
Outros	9.769	31,8%	6.722	28,8%	7.359	26,9%
Total	30.719	100,0%	23.364	100,0%	27.321	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017

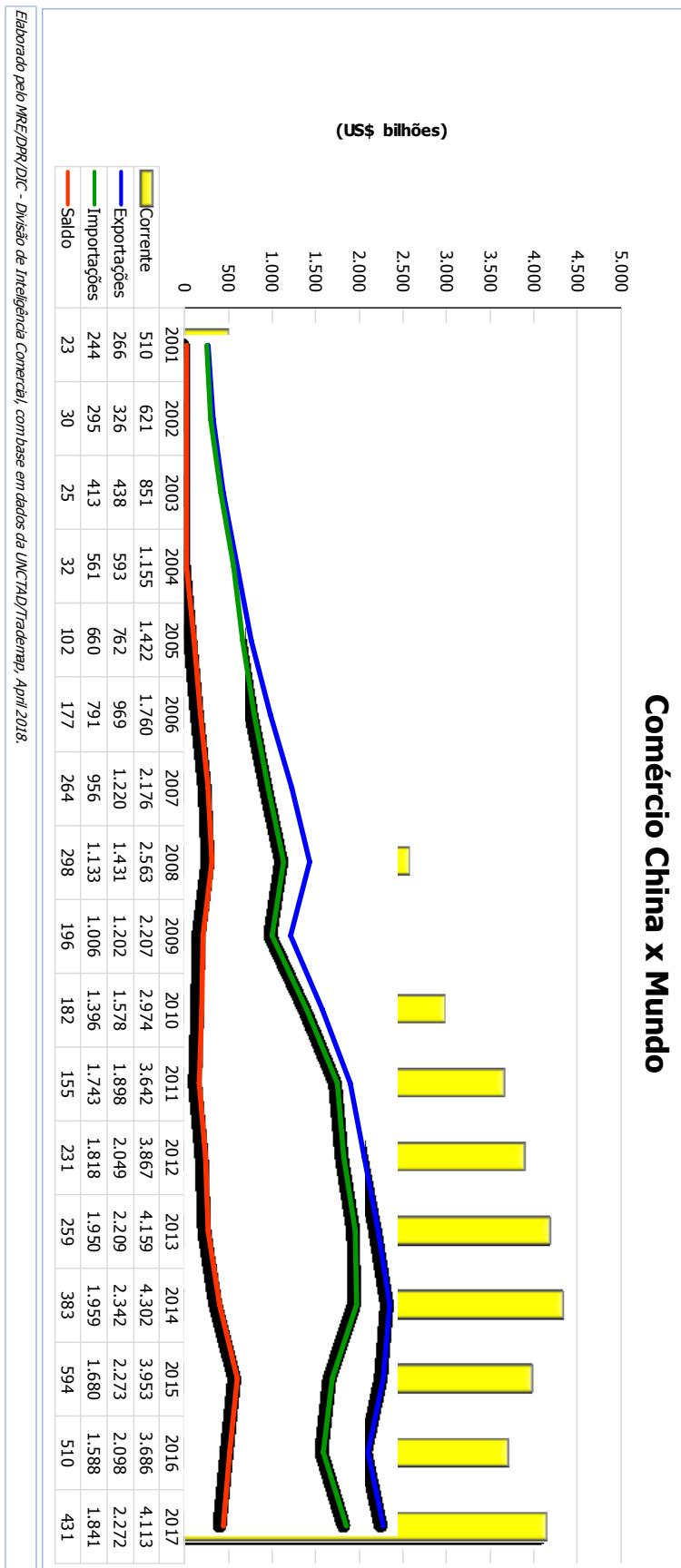


Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH4)	2017 (jan-mar)	Part. % no total	2018 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Soja	4.289	36,4%	4.035	33,9%	Soja 33,9%
Óleos brutos de petróleo	2.300	19,5%	2.793	23,5%	Óleos brutos de petróleo 23,5%
Minérios de ferro	2.923	24,8%	2.489	20,9%	Minérios de ferro 20,9%
Pastas químicas de madeira	515	4,4%	763	6,4%	Pastas químicas de madeira 6,4%
Carnes bovinas	219	1,9%	314	2,6%	Carnes bovinas 2,6%
Carnes de frango	187	1,6%	205	1,7%	Carnes de frango 1,7%
Ferro-ligas	151	1,3%	161	1,4%	Ferro-ligas 1,4%
Pastas químicas de madeira, para dissolução	103	0,9%	105	0,9%	Pastas químicas de madeira, para dissolução 0,9%
Couros bovinos curtidos ou em crosta	103	0,9%	98	0,8%	Couros bovinos curtidos ou em crosta 0,8%
Bombas de ar ou de vácuo	4	0,0%	89	0,8%	Bombas de ar ou de vácuo 0,8%
Subtotal	10.794	91,6%	11.052	92,9%	
Outros	991	8,4%	846	7,1%	
Total	11.784	100,0%	11.898	100,0%	
Importações					
Grupos de produtos (SH4)	2017 (jan-mar)	Part. % no total	2018 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
Aparelhos elétricos para telefonia	551	8,8%	555	7,1%	Aparelhos elétricos para telefonia 7,1%
Partes de aparelhos de TV, câmeras fotográficas, radar, de gravação, monitores e projetores	231	3,7%	363	4,7%	Partes de aparelhos de TV, câmeras fotográficas, radar, de gravação, monitores e projetores 4,7%
Circuitos integrados eletrônicos	202	3,2%	218	2,8%	Circuitos integrados eletrônicos 2,8%
Díodos e transistores	194	3,1%	199	2,6%	Díodos e transistores 2,6%
Partes e acessórios de computadores, máquinas de escrever ou calcular	145	2,3%	198	2,6%	Partes e acessórios de computadores, máquinas de escrever ou calcular 2,6%
Partes e acessórios de veículos automóveis	117	1,9%	166	2,1%	Partes e acessórios de veículos automóveis 2,1%
Insumentos para medicamentos contendo nitrogênio	86	1,4%	164	2,1%	Insumentos para medicamentos contendo nitrogênio 2,1%
Tecidos de fios sintéticos	98	1,6%	114	1,5%	Tecidos de fios sintéticos 1,5%
Aquecedores elétricos de água/ambientes/solo/cabos	86	1,4%	110	1,4%	Aquecedores elétricos de água/ambientes/solo/cabos 1,4%
Computadores e suas unidades	82	1,3%	102	1,3%	Computadores e suas unidades 1,3%
Subtotal	1.790	28,6%	2.189	28,2%	
Outros produtos	4.465	71,4%	5.585	71,8%	
Total	6.255	100,0%	7.774	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Abril de 2018.

Comércio China x Mundo

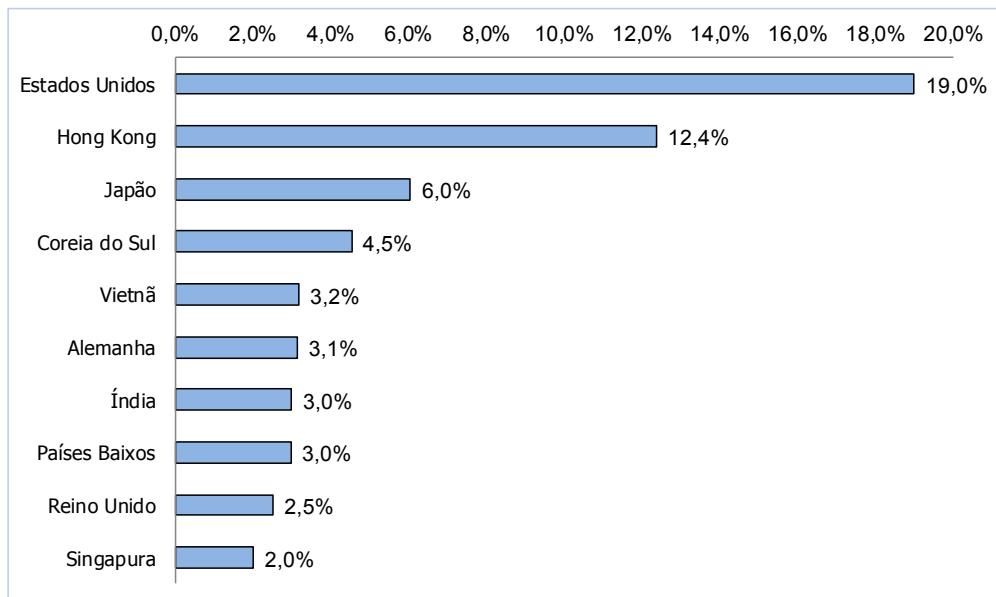


Elaborado pelo MRE/DRR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, April 2018.

Principais destinos das exportações da China
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Estados Unidos	432	19,0%
Hong Kong	281	12,4%
Japão	137	6,0%
Coreia do Sul	103	4,5%
Vietnã	72	3,2%
Alemanha	71	3,1%
Índia	68	3,0%
Países Baixos	67	3,0%
Reino Unido	57	2,5%
Singapura	46	2,0%
...		
Brasil (21º lugar)	29	1,3%
Subtotal	1.363	60,0%
Outros países	909	40,0%
Total	2.272	100,0%

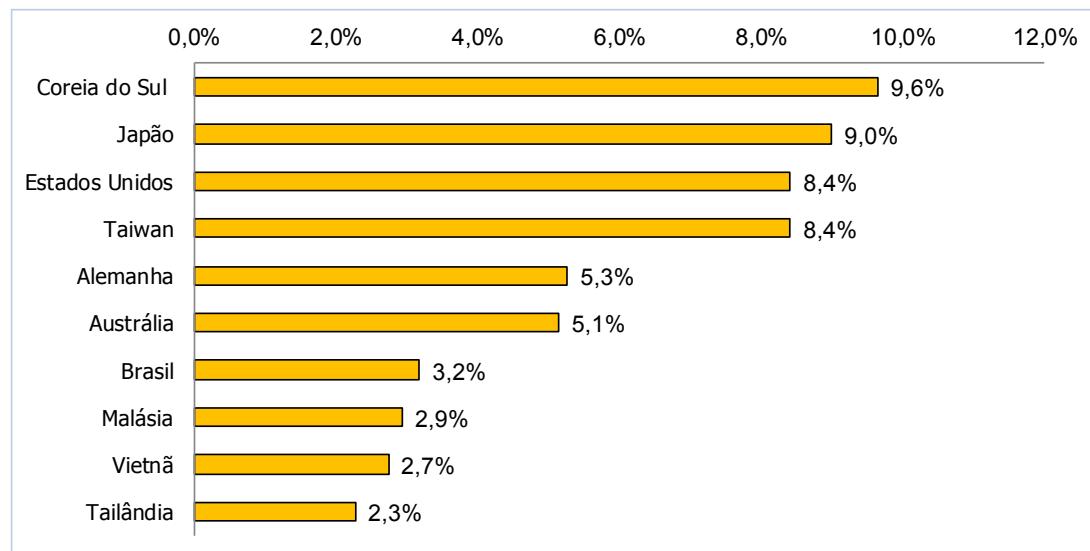
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, April 2018.



Principais origens das importações da China
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Coreia do Sul	178	9,6%
Japão	165	9,0%
Estados Unidos	155	8,4%
Taiwan	155	8,4%
Alemanha	97	5,3%
Austrália	95	5,1%
Brasil	58	3,2%
Malásia	54	2,9%
Vietnã	50	2,7%
Tailândia	42	2,3%
Subtotal	1.049	57,0%
Outros países	792	43,0%
Total	1.841	100,0%

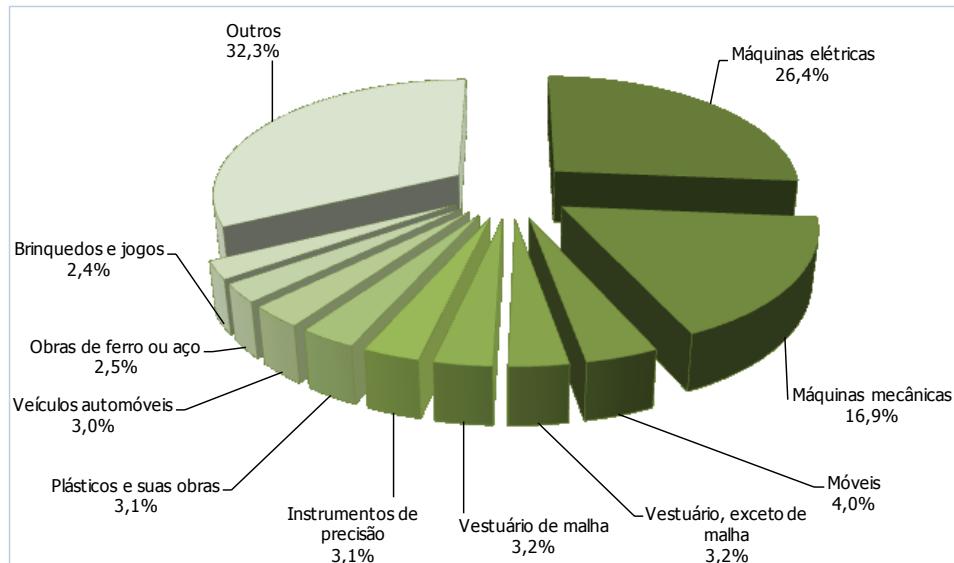
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, April 2018.



Composição das exportações da China (SH2)
US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Máquinas elétricas	599	26,4%
Máquinas mecânicas	383	16,9%
Móveis	90	4,0%
Vestuário, exceto de malha	74	3,2%
Vestuário de malha	72	3,2%
Instrumentos de precisão	71	3,1%
Plásticos e suas obras	71	3,1%
Veículos automóveis	67	3,0%
Obras de ferro ou aço	57	2,5%
Brinquedos e jogos	55	2,4%
Subtotal	1.538	67,7%
Outros	733	32,3%
Total	2.272	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, April 2018.

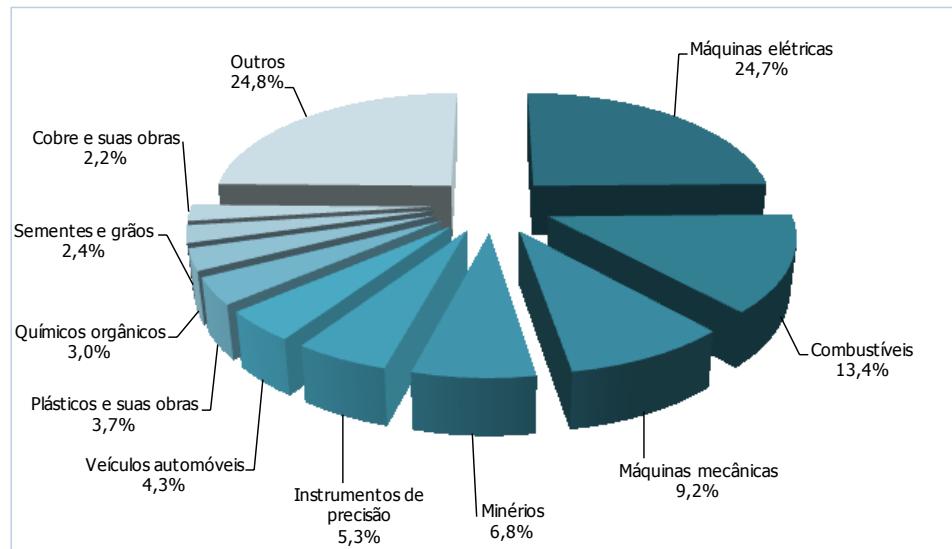


Composição das importações da China (SH2)
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Máquinas elétricas	455	24,7%
Combustíveis	248	13,4%
Máquinas mecânicas	170	9,2%
Minérios	125	6,8%
Instrumentos de precisão	97	5,3%
Veículos automóveis	79	4,3%
Plásticos e suas obras	69	3,7%
Químicos orgânicos	56	3,0%
Sementes e grãos	44	2,4%
Cobre e suas obras	41	2,2%
Subtotal	1.385	75,2%
Outros	456	24,8%
Total	1.841	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, April 2018.

10 principais grupos de produtos importados



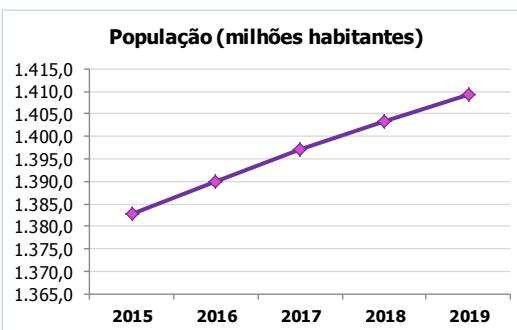
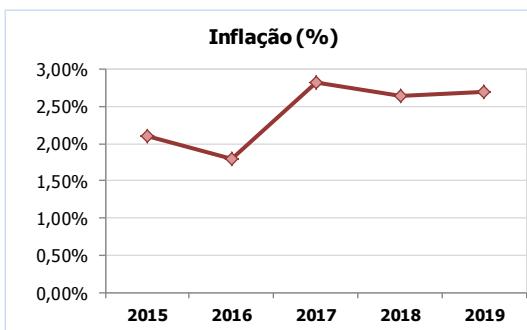
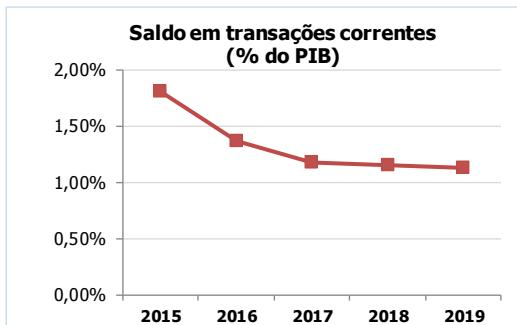
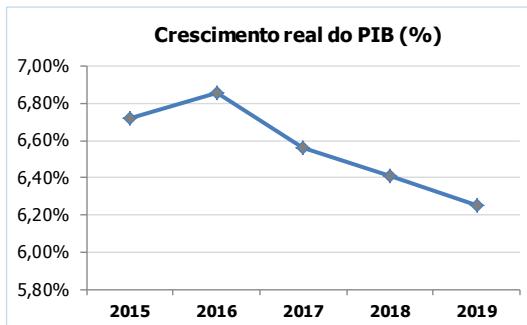
Principais indicadores socioeconômicos da China

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	6,72%	6,86%	6,56%	6,41%	6,25%
PIB nominal (US\$ trilhões)	11,22	12,01	14,09	15,54	16,95
PIB nominal "per capita" (US\$)	8.116	8.643	10.088	11.076	12.029
PIB PPP (US\$ trilhões)	21,29	23,16	25,24	27,44	29,73
PIB PPP "per capita" (US\$)	15.397	16.660	18.066	19.551	21.093
População (milhões habitantes)	1.382,7	1.390,1	1.397,0	1.403,4	1.409,3
Desemprego (%)	4,02%	3,90%	4,00%	4,00%	4,00%
Inflação (%) ⁽²⁾	2,10%	1,80%	2,83%	2,64%	2,70%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	1,80%	1,37%	1,18%	1,15%	1,14%
Dívida externa (US\$ bilhões)	1.429,5	1.543,5	1.684,3	1.770,2	1.854,7
Câmbio (Rmb / US\$) ⁽²⁾	6,95	6,51	6,55	6,66	6,62
Origem do PIB (2017 Estimativa)					
Agricultura			8,2%		
Indústria			39,5%		
Serviços			52,2%		

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2018 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report April 2018 e The World Factbook (www.cia.gov).

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Subsecretaria-Geral da Ásia e do Pacífico
Departamento da Ásia do Leste
Divisão da China e da Mongólia

MONGÓLIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

2018

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Mongólia
GENTÍLICO	Mongol, mongólico
CAPITAL	Ulan Bator
ÁREA	1.566.500 km ²
POPULAÇÃO (2013)	3,06 milhões
IDIOMAS	Mongol
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Budismo (53%), Islamismo (3%), Xamanismo (2,9%), Cristianismo (2,1%), outras religiões (0,4%), sem religião (38,6%).
SISTEMA DE GOVERNO	República semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO	Parlamento unicameral (Grande Hural)
CHEFE DE ESTADO	Khaltmaagiin Battulga
CHEFE DE GOVERNO	Ukhnaagiin Khürelsükh
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMÉRCIO EXTERIOR	Tsogtbaatar Damdin
PIB nominal (2016)	US\$ 11,1 bilhões
PIB PPP	US\$ 39,7 bilhões
PIB nominal <i>per capita</i>	US\$ 3.640
PIB PPP <i>per capita</i>	US\$ 12.979
VARIAÇÃO DO PIB	6,3 % (2010); 17,5% (2011); 12,28% (2012); 11,74% (2013); 9,6% (2014); 1,24% (2016); 5,15% (2017)
IDH	0,675 (108º lugar no ranking)
EXPECTATIVA DE VIDA	68,8 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	97,4% (2013)
ÍNDICE DE DESEMPREGO	7,9%
UNIDADE MONETÁRIA	Togrog/Tugrik (US\$ 1,00 = ₮2,427 – câmbio flutuante)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	(ainda não indicado pelo governo mongol / será Embaixador não residente)
EMBAIXADOR EM ULAN BATOR	Marcos Caramuru de Paiva (25/08/2016) – Embaixador não residente (Pequim)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	10

Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-MONGÓLIA (em mil US\$)								
Brasil - Mongólia	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Intercâmbio	14	129	1.869	2.468	2.878	5.562	949	1.267
Exportações	14	104	1.869	2.467	2.878	5.546	814	1.195
Importações	0	25	0	1	0	15	135	72
Saldo	14	79	1.869	2.465	2.878	5.531	680	5.432

APRESENTAÇÃO

A Mongólia é país de pequena população – 3 milhões de habitantes – e com a 18^a maior extensão geográfica – de 1,56 milhão de km² – do mundo. Em consequência, apresenta uma das menores densidades demográficas do planeta.

Trata-se de país mediterrâneo, entre a Rússia e a China, com a maior parte de sua superfície coberta por estepes, com montanhas ao norte e a oeste, e o deserto de Gobi ao sul.

A área hoje ocupada pela Mongólia foi governada por diversos impérios nômades. Foi berço do império mongol, dominante nos séculos XIII e XIV e considerado o maior da história em área contígua. Seu fundador, Genghis Khan, é figura venerada na cultura popular do país.

Em 1925, foi instaurado, na Mongólia, um regime comunista. O país experimenta, desde 1990, regime semipresidencialista, pluripartidário, com eleições diretas.

Circundada por grandes potências — China e Rússia —, a Mongólia mantém relações tênuas com países extrarregionais e tem interesses econômicos fortemente concentrados no setor mineral.

PERFIL BIOGRÁFICO

KHALTMAAGIIN BATTULGA *Presidente da República*



Nasceu em Ulan Bator, em 1963. Tem formação em artes (1982-1986) e foi membro, entre 1992 e 1997, da seleção de luta livre da Mongólia. Foi campeão mundial de sambo, arte marcial moderna desenvolvida na União Soviética. Em 1993, fundou a Genco, holding que atua em diversos setores da economia mongol. Em 2004, elegeu-se deputado parlamentar, cargo que ocupou até 2016. Em 2006, assumiu a Federação Mongol de Judô. Ocupou, entre 2008 e 2012, o cargo de ministro das Estradas, Transportes, Construção e Urbanismo. Em 2012, foi ministro da Agricultura. Foi, nas eleições de julho de 2017, candidato pelo Partido Democrático, pelo qual se elegeu com 50,6% dos votos.

UKHNAAGIIN KHÜRELSÜKH
Primeiro-Ministro



Nasceu em 1968. Ex-coronel do Exército, é formado em ciência política na Universidade de Defesa da Mongólia e em administração pública pela Universidade Nacional da Mongólia. Em 1990, iniciou carreira política. Em 2000, foi eleito ao Parlamento, para o qual foi reeleito em 2004 e em 2012. Entre 2008 e 2012, foi Secretário-Geral do Partido Popular Mongol.

Foi um dos principais responsáveis pela negociação da dívida externa e obtenção do pacote de US\$ 5 bilhões de dólares junto ao FMI, no início de 2017. Sucedeu ao primeiro-ministro Jargaltulgiin Erdenabat, removido do cargo em setembro de 2017, após receber moção de desconfiança do Parlamento.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Mongólia estabeleceram relações diplomáticas em 27 de junho de 1987, momento em que o país asiático iniciava estratégia de ampliação de suas relações exteriores, intitulada "terceiros vizinhos". Em janeiro daquele ano, a Mongólia estabeleceu relações diplomáticas com os Estados Unidos. Desde então, promove a consolidação de regime político na linha das democracias ocidentais e um sistema de economia de mercado.

Para a Mongólia, o Brasil é um país em desenvolvimento com projeção nos planos regional e internacional, dotado de setores industriais e tecnológicos avançados, sendo visto como potencial parceiro econômico, especialmente no setor de mineração.

Em junho de 2014, a Mongólia instalou embaixada residente em Brasília, a primeira na América do Sul. A Embaixada foi fechada em junho de 2017. A Embaixada do Brasil em Pequim é cumulativa com Ulan Bator.

Em maio de 2007, o Secretário de Estado da Chancelaria mongol, Embaixador Hasbazaryn Behbat, visitou o Brasil, quando foi assinado o Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo Regular de Consultas Políticas.

A primeira reunião desse mecanismo ocorreu em Brasília, em maio de 2007. As três sessões seguintes se realizaram em Ulan Bator, em 2010, e em Brasília, em 2012 e em 2014. Esses encontros evidenciaram a possibilidade de cooperação nas seguintes áreas: energia e mineração; educação; esportes; agricultura e sanidade animal; e consular.

Em seguimento às reuniões de consultas políticas, foram assinados, em 2015, quatro acordos nas áreas educacional, consular, esportiva e entre academias diplomáticas.

A Mongólia dispõe de reservas de cobre e de minerais não-ferrosos, exploradas em sua maioria por empresas estrangeiras, principalmente chinesas. O país conta, ainda, com grandes reservas de ferro e carvão. O setor de mineração é responsável por cerca de 80% das exportações mongóis.

O país possui uma das maiores minas de carvão a céu-aberto do mundo, situada ao sul do país, cujas reservas chegariam a 6,5 bilhões de toneladas. Em 2011, o país promoveu licitação internacional para a concessão de licenças de exploração da mina, da qual a Vale participou, em associação com empresas indianas e sul-coreanas, sem sucesso. Em 2012, a Vale fechou o escritório que mantinha, desde 2004, na Mongólia.

O intercâmbio comercial bilateral foi de US\$ 5,6 milhões em 2017, máximo histórico. Nesse ano, a Mongólia foi o 28º parceiro do Brasil no continente asiático, com participação de 0,04% no comércio exterior do Brasil com a Ásia.

Nos últimos três anos, verificou-se acentuado aumento das exportações brasileiras. Os produtos manufaturados predominaram nas vendas brasileiras (99%) e, também, assumiram participação majoritária nas compras provenientes do mercado mongol (98%). O saldo comercial é favorável ao Brasil.

Apesar das condições climáticas bastante variadas, a Mongólia apresenta elevado potencial para desenvolvimento agropecuário, o que cria oportunidades de cooperação com o Brasil. Em outubro de 2011, foi assinado o Memorando de Entendimento sobre Agricultura e Agroalimentação entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério da Alimentação, Agricultura e Indústria Leve da Mongólia. O Memorando prevê a criação de Grupo de Trabalho Conjunto (GTC) para aprofundar a cooperação.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos ou financiamentos oficiais para a Mongólia.

Assuntos Consulares

A comunidade brasileira residente na Mongólia é estimada em cerca de uma dezena de pessoas e está sob juridição do Setor Consular da Embaixada do Brasil em Pequim, que conta com o apoio do Consulado Honorário do Brasil em Ulan Bator (Cônsul Honorário Battulga Tumurdash, designado em 2018).

POLÍTICA INTERNA

Antes do fim da União Soviética, o sistema político mongol emulava, em grande medida, o do vizinho do norte. Com a queda do muro de Berlim e a dissolução da União Soviética, a Mongólia iniciou transição para sistema multipartidário e com economia de mercado. Em 1986, as tropas da URSS deixaram o país, e, em 1990, os partidos políticos foram legalizados, realizando-se eleições para o Grande Hural (parlamento mongol). Em geral,

caracteriza-se o ano de 1990 como o da "revolução democrática" no país. Em 1992, foi promulgada a Constituição da Mongólia (em vigor), que estabelece direitos e liberdades civis.

A cena política mongol é composta atualmente pelos seguintes partidos políticos principais:

(i) Partido Democrata da Mongólia (PD): o PD foi formado pela fusão de lideranças políticas e movimentos de proa na chamada revolução democrática de 1990, que pôs fim ao comunismo no país. O atual PD foi fundado em 2000 pela união do Partido Nacional Democrático Mongol e do Partido Social Democrata Mongol. De vertente liberal, é o principal partido do país atualmente. É a agremiação vencedora das eleições presidenciais desde 2009.

(ii) Partido Popular Mongol (PPM): em sua atual versão, o PPM foi criado em 2010 como sucessor do antigo Partido Revolucionário do Povo Mongol, de inspiração leninista, fundado em 1920. O PPM adotou ideário assimilável à social-democracia.

(iii) Partido Revolucionário do Povo Mongol (PRPM): em sua versão atual, disputou apenas as eleições presidenciais de 2013, quando a Ministra da Saúde Natsagiin Udval, figura próxima ao ex-presidente Nambaryn Enkhbayar, recebeu apenas 6,5% dos votos.

Embora de relevância decrescente, a clivagem capital-interior ainda repercute na política partidária mongol. O país tem 62% da população vivendo nas cidades. O maior centro urbano, a capital Ulan Bator, conta com 950 mil habitantes. Enquanto o PPM mantém bases fortes no interior, inclusive junto à população nômade, o PD concentra sua base de apoio na capital do país.

A 7.ª eleição presidencial foi concluída em julho de 2017, tendo como vencedor o candidato do PD, Khaltmaa Battulga, que derrotou o candidato situacionista, Miyeegombyn Enkhbold. Battulga obteve 50,61% dos votos, contra 41,16% de Enkhbold, do PPM, tornando-se o quinto presidente da Mongólia e o primeiro a ser eleito em segundo turno.

A vitória de Battulga ocorreu um ano após o MPP ter conquistado maioria nas eleições parlamentares. Um dos principais desafios do presidente, que tomou posse em julho de 2017, tem sido manter relação produtiva com o parlamento. As próximas eleições parlamentares se realizarão em 2020.

POLÍTICA EXTERNA

Com seu território encrustado entre a Rússia e a China, a situação geográfica da Mongólia condicionou historicamente as relações exteriores do país, concentradas na parceria com os dois vizinhos. Se, no período comunista, a parceria com a União Soviética era aspecto preponderante das relações exteriores, desde a abertura do país a China tornou-se seu parceiro preferencial. Das exportações mongóis, mais de 60% destinam-se à China, e 15% à Rússia.

Analistas interpretaram a vitória do presidente Battulga, nas eleições de 2017, como sinal de aproximação da Rússia e de tentativa de distanciamento de Pequim. Na campanha eleitoral, Battulga buscou associar sua imagem à do presidente russo, Vladimir Putin, utilizando fotos em que aparece ao lado do chefe de estado russo.

Nas duas últimas décadas, a Mongólia busca diversificar parcerias, explorando inserção em diferentes sistemas sub-regionais asiáticos, em especial nas relações com as duas Coreias, com a Ásia Central (aderiu à Organização para Cooperação de Xangai, como membro

observador em 2004) e com os países da ASEAN (aderiu, em 2005, ao Tratado de Cooperação e Amizade no Sudeste Asiático).

Também procura ampliar seus canais de contato com outras regiões do mundo, na linha da política de "terceiros vizinhos", além de participar mais ativamente em organismos multilaterais.

Desde 2011, a Mongólia estabeleceu relações diplomáticas com mais de quinze países, elevando para mais de 160 o número de países-membros da ONU com os quais mantém relações diplomáticas.

Em 2012, tornou-se membro pleno da Organização para a Cooperação e a Segurança na Europa (OSCE). Naquele ano, o presidente mongol visitou Alemanha, Quirguistão, Noruega, Brasil (visita particular) e Suécia, e compareceu aos encontros do Movimento dos Não-Alinhados, da Cúpula Ásia-Europa e da Organização de Cooperação de Xangai (OCX).

Em 2013, o país sediou, em Ulan Bator, o Fórum Internacional sobre a Liderança da Mulher e a VII Reunião Ministerial da Comunidade das Democracias (CD).

A presença chinesa amplia-se significativamente na Mongólia. Em 2011, os dois países estabeleceram Parceria Estratégica.

A Rússia, principal fornecedor de energia para a Mongólia, também continua a ser prioridade da política externa mongol.

A Mongólia é detentora de amplas reservas minerais e de grande potencial pecuário, dois setores muito valorizados pela demanda chinesa. O país recebeu extensivos investimentos chineses na área de mineração.

O estreitamento das relações com os Estados Unidos constituiu importante vetor da política externa mongol. Após os atentados de 11 de setembro de 2001, o país se ofereceu como base de apoio para projeção militar norte-americana na Ásia Central, facilitando sobrevoos em seu território e locais de treinamento para contingentes da coalizão.

A Mongólia também contribuiu com efetivos para a intervenção no Iraque. Em sua região, o país integra dois importantes agrupamentos ligados ao tema de segurança: a Organização de Cooperação de Xangai (OCX), como país-observador; e o Fórum Regional da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) — fórum para assuntos de defesa —, como membro pleno.

Em razão de suas boas relações com as duas Coreias, a Mongólia busca também contribuir para a resolução da questão da Península Coreana, tendo sediado duas reuniões intercoreanas e encontro de representantes das Conversações Hexapartites sobre Desnuclearização da Península Coreana.

A Mongólia se declarou "Estado livre de armas nucleares", fato de relevância para o contexto do Nordeste Asiático. No plano extrarregional, a Mongólia é, desde 2010, país-membro do Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL). Ademais, apresentou candidatura a assento não-permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, para o biênio 2023- 2024.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Impulsionada por abundante riqueza mineral, a Mongólia beneficiou-se, nos últimos anos, do *boom* das *commodities*.

Apesar do aumento substancial da produção mineradora, o crescimento do produto interno bruto (PIB) da Mongólia caiu de 11%, em 2013, para apenas 1% em 2016.

Com a queda, particularmente a partir de 2016, dos preços internacionais das *commodities*, a Mongólia enfrenta dificuldades, sobretudo em razão de sua forte dependência das rendas geradas pela mineração.

Em fevereiro de 2017, o país assinou acordo de três anos com o FMI, que inclui empréstimo de US\$ 440 milhões e compromisso com adoção de medidas de estabilização fiscal e financeira.

A mina de Oyu Tolgoi (cobre e ouro), desenvolvida em *joint venture* pela australiana Rio Tinto e pelo governo da Mongólia, é o maior empreendimento econômico da história da Mongólia. Espera-se que, em seu pico de produção, responda por até 30% do PIB do país, o que poderá ajudar a recuperar o crescimento econômico dos últimos anos, ainda que suscetível à variação do preço das *commodities* minerais.

A despeito do crescimento da produção mineral, a previsão para os próximos anos é a de desaquecimento moderado do ritmo do crescimento da economia mongol, em consequência dos ajustes de políticas fiscal e monetária para contenção da inflação.

Representantes do FMI, após visita para avaliar a implementação do acordo, declararam que a economia mongol está em recuperação. A estimativa de crescimento do PIB em 2018 está projetada em 5%.

Nos últimos dez anos, as exportações mongóis de bens cresceram de US\$ 950 milhões, em 2005, para US\$ 5 bilhões, em 2016. A China é o principal mercado para produtos mongóis, especialmente em razão do elevado grau de complementaridade das respectivas pautas e da proximidade geográfica. Dessa forma, em 2016, a China absorveu 80% do total das vendas externas da Mongólia.

Entre 2005 e 2017, as importações mongóis aumentaram de US\$ 1,2 bilhão para US\$ 3,3 bilhões. Os principais fornecedores da Mongólia em 2016 foram China, Rússia e Japão. Após mostrar resultados deficitários por sete anos consecutivos, o saldo da balança em transações comerciais de bens alcançou superávit em 2014, mantido em 2015 e em 2016. O superávit obtido pelo país é reflexo tanto do fortalecimento da oferta mongol, com aumento da produção mineral exportadora, quanto do decréscimo registrado pela demanda de importações da Mongólia.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1206	Constitui-se como Estado a partir de tribos nômades de etnia mongol.
1206 a 1263	Após a unificação das tribos mongóis, Genghis Khan lança campanha para conquista. Seus filhos e netos criam um dos maiores impérios da história em extensão territorial.
1267-1368	Enfraquecido pela desunião, o império implode. Tropas Ming expulsam os mongóis de Dadu, atual Pequim.
1636	O império Manchu (Qing) conquista os mongóis do sul, criando a Mongólia Interior (<i>Inner Mongolia</i>)
1691	O império Qing oferece proteção para os mongóis do Norte, criando a Mongólia Externa (<i>Outer Mongolia</i>)
1727	O Tratado de Kyakhta fixa a fronteira ocidental entre a Rússia e os impérios Manchu, confirmindo o domínio Qing sobre a Mongólia e Tuva.
1911	A dinastia Qing cai, e a Mongólia Externa declara independência. A Rússia e a República da China reconhecem sua autonomia.
1919	O exército chinês ocupa a Mongólia Externa.
1920	Revolucionários mongóis fundam o Partido Popular da Mongólia e fazem contato com bolcheviques na Sibéria.
1921	Com o apoio do Exército Vermelho, revolucionários mongóis expulsam as forças chinesas e czaristas e instalam o "Governo Popular Mongol".
1924	O Partido Popular escolhe o modelo leninista de "caminho para o socialismo cortornando o capitalismo" e renomeia o próprio Partido de Partido Revolucionário do Povo Mongol (PRPM). A República Popular da Mongólia é proclamada.
1937	O primeiro-ministro Genden, da Mongólia, é preso na União Soviética (URSS) e acusado de espionagem para o Japão. O ministro da Guerra Marshal Demid é envenenado a bordo de trem Trans-Siberiano.
1939	As tropas soviéticas e mongóis comandadas pelo general Zhukov derrotam invasão por forças japonesas na Batalha de Khalkhyn Gol.
1945 e 1946	A Conferência de Yalta preserva o controle soviético da Mongólia. Mongóis votam pela independência em plebiscito das Nações Unidas. A Mongólia é reconhecida pela República da China.
1949 a 1955	São estabelecidas relações com a República Popular da China. Ferrovia que liga a Rússia e a China é construída na Mongólia.
1961	Conselho de Segurança da ONU aprova adesão da Mongólia à ONU.
1966	O secretário-geral do Partido Comunista Soviético assina tratado de amizade em Ulan Bator permitindo permanência de tropas soviéticas na Mongólia.
1984	O secretário-geral do partido Tsedenbal, chefe de Estado desde 1974, é forçado a renunciar.
1986	Discurso de Gorbachev em Vladivostok abre caminho para <i>détente</i> com a China e retirada das tropas soviéticas da Mongólia.
1990	Protestos forçam renúncia do Politburo PRPM. Partidos políticos são legalizados. Eleições para o Grande Hural (Parlamento) são vencidas pelo PRPM.
1992	Nova Constituição da Mongólia dá prioridade aos direitos e liberdades civis. Nas primeiras eleições democráticas, o PRPM ganha 71 dos 76 assentos na nova unicameral Grande Hural.
1993	Primeiras eleições diretas para presidente são vencidas por Ochirbat, indicado pelos Nacionais e Sociais Democratas.
1997	O candidato Bagabandi, do PRPM, vence a eleição presidencial.
2001	Reeleição do presidente Bagabandi
2002	Visita do Dalai Lama à Mongólia.
2003	200 soldados mongóis foram enviados ao Iraque para contribuir para manutenção da paz.
2004	Tsakhiagiin Elbegdorj é nomeado Primeiro-Ministro.
2005	O candidato do PRPM, Nambaryn Enkhbayar, vence a eleição presidencial. Presidente George W. Bush se torna o primeiro presidente dos EUA a visitar a Mongólia.

2006	Parlamento escolhe Miyeegombo Enkhbold, do PRPM, como primeiro-ministro.
2007	Em novembro, o primeiro-ministro Miyeegombo Enkhbold renuncia e é substituído por Sanjagiin Bayar.
2008	O presidente Enkhbayar declara estado de emergência para conter protestos na capital.
2009	O candidato do Partido Democrático, de oposição, Tsakhiagiin Elbegdorj, é eleito presidente. O primeiro-ministro Sanjagiin Bayar, do PRPM, renuncia por motivos de saúde. O ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio Exterior, Sukhbaataryn Batbold, o sucede.
2010	Primeiro-ministro Sukhbaataryn Batbold assume como chefe de governo. O ex-Presidente Nambaryn Enkhbayar funda o Partido Revolucionário do Povo Mongol (PRPM).
2012	Eleições parlamentares. Partido Democrata consegue maioria. O ex-Presidente Nambaryn Enkhbayar é condenado a quatro anos de prisão por corrupção.
2013	Candidato do Partido Democrático e Presidente da República, Tsakhiagiin Elbegdorj, é reeleito presidente.
2014	Nomeação de novo Chefe de Governo: primeiro-ministro Chimed Saikhanbileg (dezembro). Nomeação do ministro dos Negócios Estrangeiros Lundeg Purevsuren (dezembro).
2016	PRPM vence eleições parlamentares e ocupa 65 das 76 cadeiras do Parlamento.
2017	Acordo com o FMI. Khaltmaa Battulga eleito presidente.

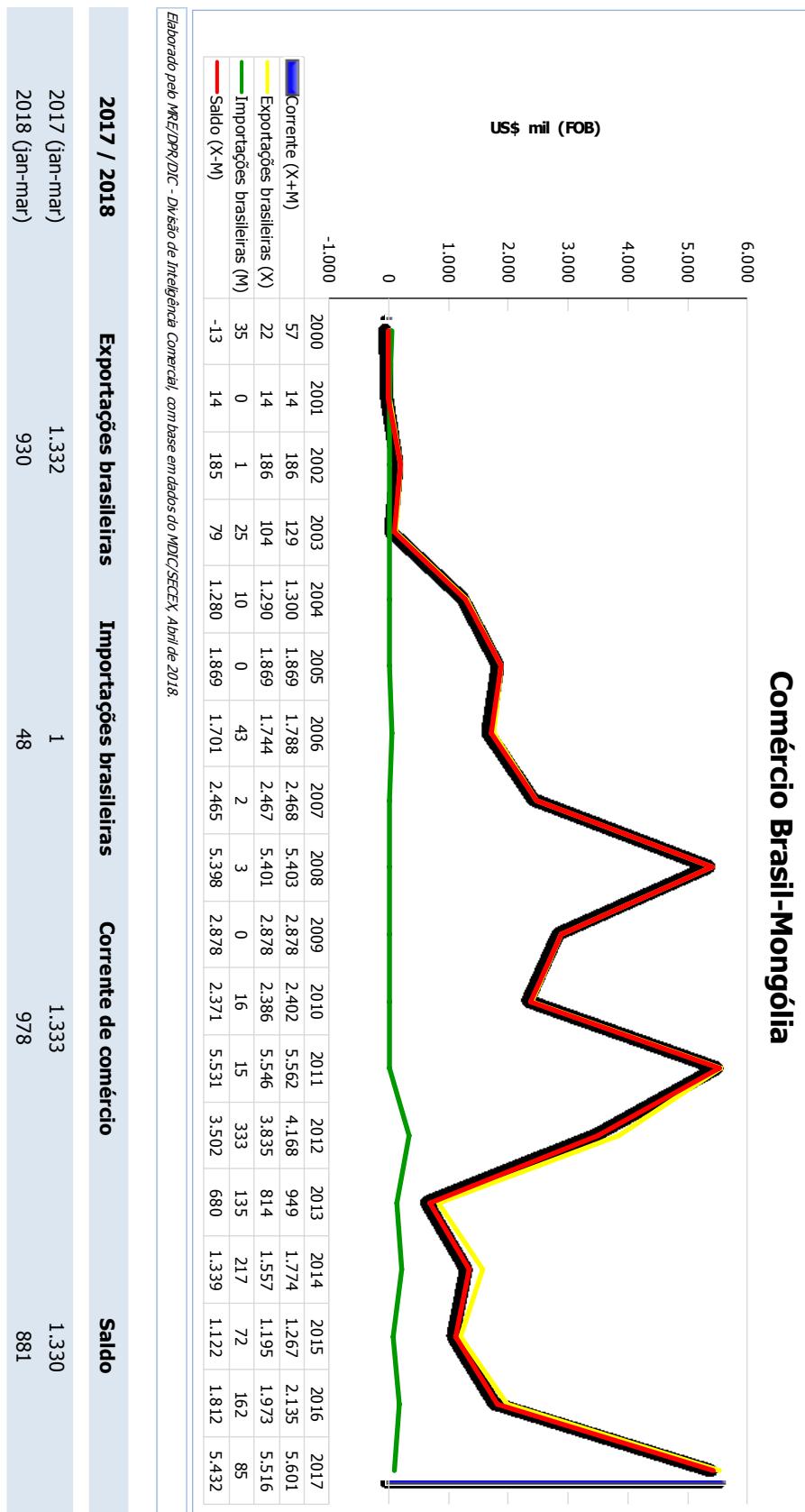
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1987	Estabelecimento de relações diplomáticas (27 de junho).
2003	Visita do primeiro-ministro Nambaryn Enkhbayar, para participar do Congresso Internacional Socialista.
2005	Abertura do Consulado Honorário da Mongólia em São Paulo. Visita do Vice-Ministro da Indústria e Comércio da Mongólia, Tsagaandari Enhtuvshin, ao Brasil (Rio de Janeiro e Brasília). Na ocasião, firmaram-se Memorandos de Entendimento com o Ministério das Minas e Energia e com a Petrobras.
2007	Abertura do Consulado Honorário do Brasil em Ulan Bator (23 de abril). Assinatura de Acordo sobre isenção de vistos em passaportes diplomáticos e de Memorando de Entendimento para o estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas (3 de maio). I Reunião de Consultas Políticas Brasil-Mongólia, em Brasília (3 de maio).
2008	Criação do Grupo Brasil-Mongólia, no Parlamento mongol.
2010	Brasil doa US\$ 100 mil ao fundo de resposta humanitária do UNICEF, destinados à assistência às vítimas do inverno na Mongólia. II Reunião de Consultas Políticas Brasil-Mongólia (24 de junho), em Ulan Bator.
2011	Assinatura de Memorando de Entendimento entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério da Alimentação, Agricultura e Indústria Leve (MOFA) (outubro)
2012	Visita privada do presidente da Mongólia, Tsakhiagiin Elbegdorj, ao Rio de Janeiro, para receber o prêmio <i>Champions of Earth</i> , do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUM (Rio de Janeiro, 1º de junho). III Reunião de Consultas Políticas Brasil-Mongólia (Brasília, 15 de junho). Participação do secretário de Estado do Ministério de Negócios Estrangeiros da Mongólia, Batkhisig Badamdorj, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20 (Rio de Janeiro, 21 de junho).
2013	Visita a Ulan Bator do embaixador do Brasil como Representante da presidente Dilma Rousseff para cerimônias de posse do presidente Tsakhiagiin Elbegdorj.
2014	IV Reunião de Consultas Políticas Brasil-Mongólia, em Brasília (junho). Abertura da Embaixada da Mongólia em Brasília (junho).
2017	Fechamento da Embaixada da Mongólia em Brasília (junho).

ATOS BILATERAIS

Título	Celebração	Entrada em vigor	Publicação no Diário Oficial da União (D.O.U.)
Acordo sobre Isenção Mútua de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais	03/05/2007	03/07/2007	15/02/2008
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Mecanismo Regular de Consultas Políticas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Mongólia	03/05/2007	03/05/2007	10/05/2007
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Mongólia na Área do Esporte	09/06/2015	09/06/2015	06/08/2015
Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Mongólia	21/09/2015	21/09/2015	-
Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Mongólia	21/09/2015	21/01/2016	17/01/2018
Entendimento Recíproco, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Mongólia sobre Isenção de Vistos de Curta Duração	21/09/2015	-	21/10/2015

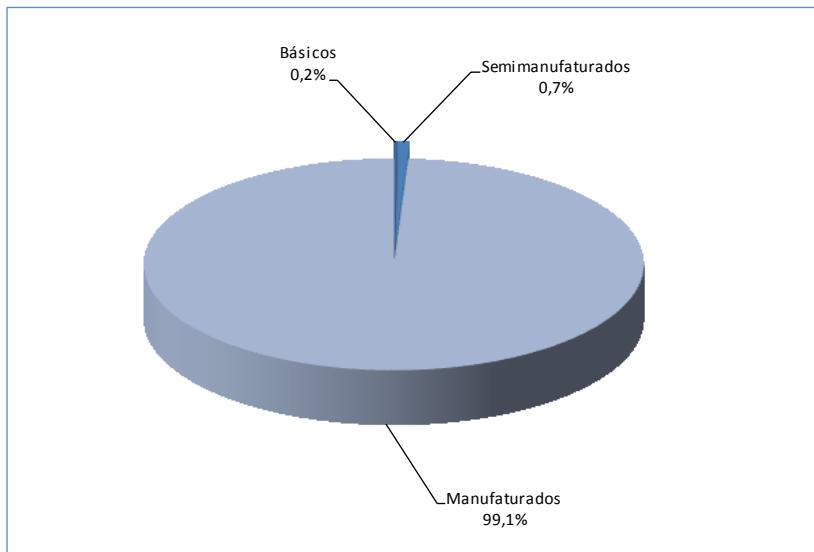
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS



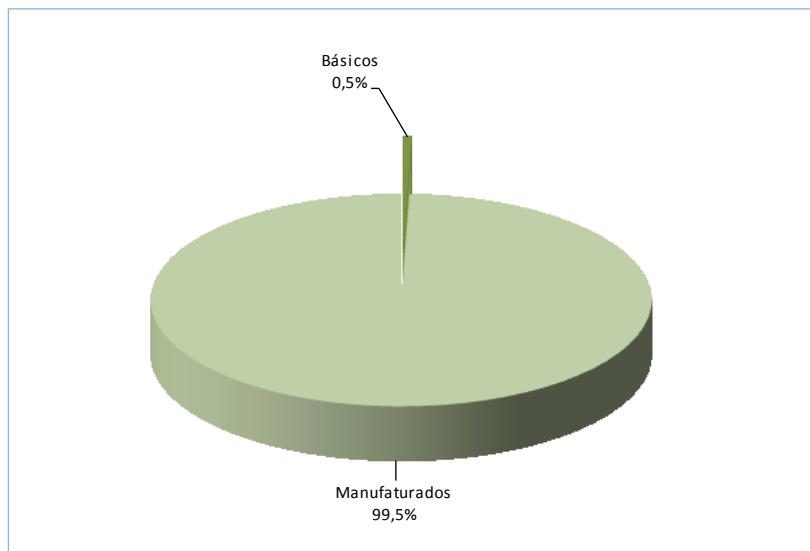
2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (jan-mar)	1.332	1	1.333	1.330
2018 (jan-mar)	930	48	978	881

Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2017

Exportações



Importações



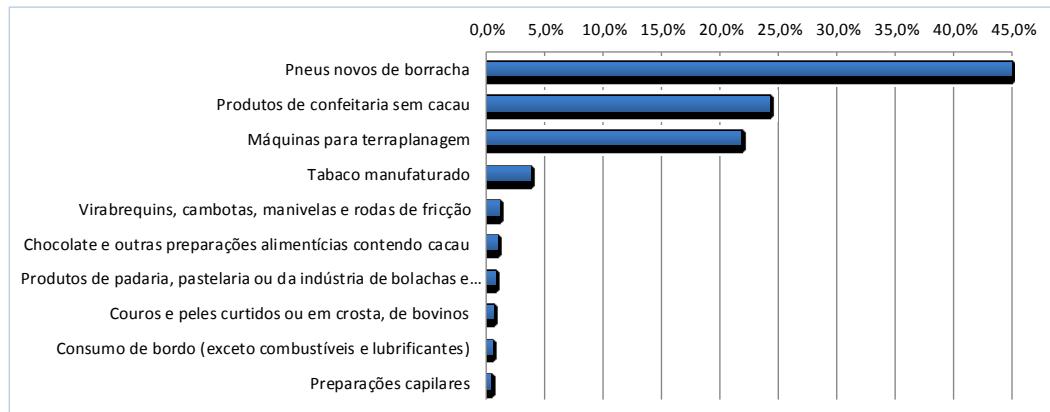
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Abril de 2018.

Composição das exportações brasileiras para a Mongólia (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Pneus novos de borracha	52	4,3%	222	11,3%	2.474	44,8%
Produtos de confeitoraria sem cacau	668	55,9%	1.236	62,6%	1.334	24,2%
Máquinas para terraplanagem	0	0,0%	0	0,0%	1.198	21,7%
Tabaco manufaturado	0	0,0%	72	3,7%	207	3,8%
Virabrequins, cambotas, manivelas e rodas de fricção	0	0,0%	0	0,0%	57	1,0%
Chocolate e outras preparações alimentícias contendo cacau	15	1,2%	9	0,4%	47	0,9%
Produtos de padaria, pastelaria ou da indústria de bolachas e biscoitos	0	0,0%	0	0,0%	40	0,7%
Couros e peles curtidos ou em crosta, de bovinos	26	2,2%	0	0,0%	29	0,5%
Consumo de bordo (exceto combustíveis e lubrificantes)	18	1,5%	15	0,7%	24	0,4%
Preparações capilares	0	0,0%	0	0,0%	21	0,4%
Subtotal	778	65,1%	1.554	78,8%	5.431	98,5%
Outros	416	34,9%	419	21,2%	85	1,5%
Total	1.195	100,0%	1.973	100,0%	5.516	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Abril de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

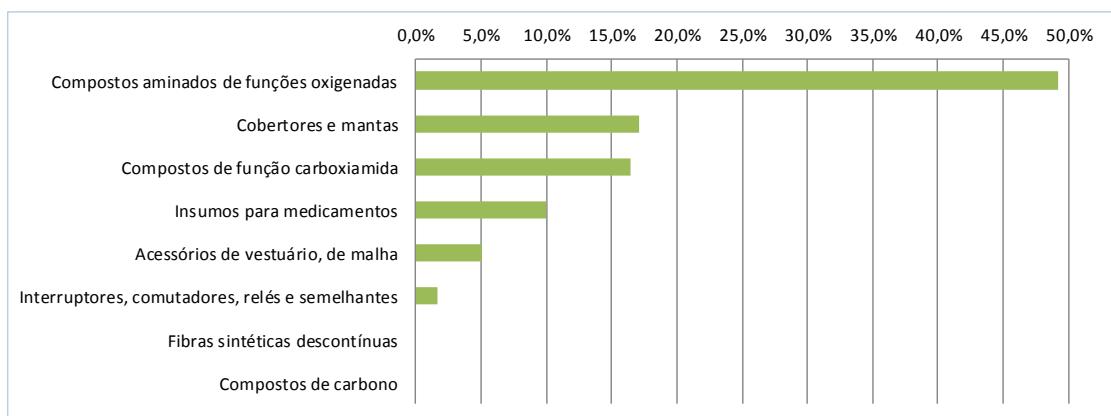


Composição das importações brasileiras originárias da Mongólia (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Compostos aminados de funções oxigenadas	0	0,0%	0	0,0%	42	49,2%
Cobertores e mantas	0	0,0%	0	0,0%	14	17,1%
Compostos de função carboxiamida	0	0,0%	0	0,0%	14	16,4%
Insumos para medicamentos	0	0,0%	0	0,0%	8	10,0%
Acessórios de vestuário, de malha	0	0,0%	3	1,7%	4	5,0%
Interruptores, comutadores, relés e semelhantes	0	0,0%	0	0,0%	1	1,7%
Fibras sintéticas descontínuas	62	85,4%	118	73,2%	0	0,0%
Compostos de carbono	0	0,0%	25	15,6%	0	0,0%
Subtotal	62	85,4%	146	90,4%	84	99,3%
Outros	11	14,6%	15	9,6%	1	0,7%
Total	72	100,0%	162	100,0%	85	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017

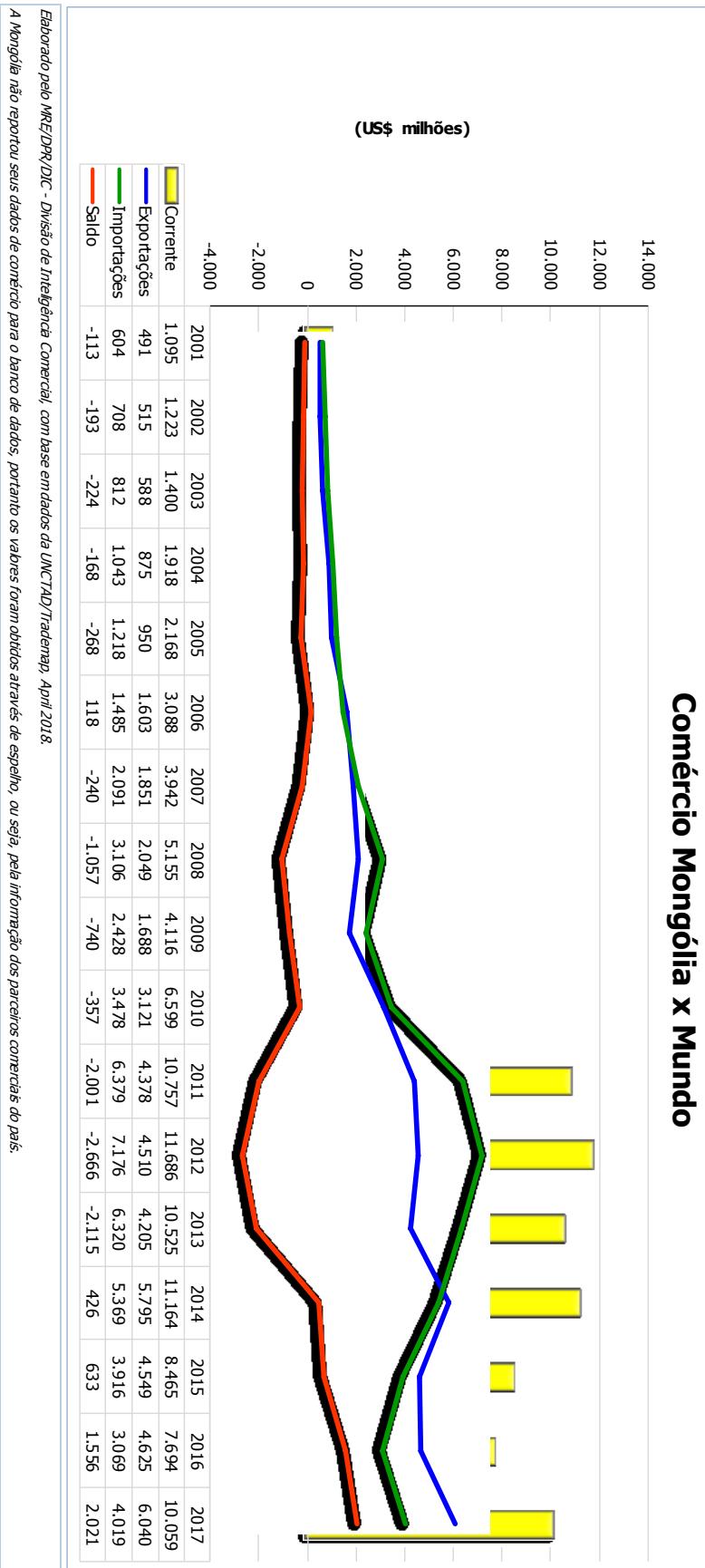


Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ mil

Grupos de produtos	2017 (jan-mar)	Part. % no total	2018 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Pneus novos de borracha	1.014	76,1%	513	55,2%	Pneus novos de borracha
Tabaco manufaturado	48	3,6%	180	19,3%	Tabaco manufaturado
Sucos de frutas	0	0,0%	99	10,7%	Sucos de frutas
Produtos de confeitoraria sem cacau	235	17,7%	71	7,7%	Produtos de confeitoraria sem cacau
Produtos de padaria, pastelaria ou da indústria de bolachas e biscoitos	0	0,0%	40	4,3%	Produtos de padaria, pastelaria ou da indústria de bolachas e biscoitos
Máquinas para peneirar minérios	0	0,0%	22	2,4%	Máquinas para peneirar minérios
Medicamentos em doses	0	0,0%	2	0,3%	Medicamentos em doses
Preparações para higiene bucal ou dentária	0	0,0%	2	0,2%	Preparações para higiene bucal ou dentária
Sais complexos de flúor	0	0,0%	0	0,0%	Sais complexos de flúor
Consumo de bordo (exceto combustíveis e lubrificantes)	24	1,8%	0	0,0%	Consumo de bordo (exceto combustíveis e lubrificantes)
Subtotal	1.321	99,2%	930	100,0%	
Outros	10	0,8%	0	0,0%	
Total	1.332	100,0%	930	100,0%	
Importações					
Grupos de produtos	2017 (jan-mar)	Part. % no total	2018 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
Compostos de função carboxiamida	0	0,0%	21	44,2%	Compostos de função carboxiamida
Compostos derivados de amoníacos	0	0,0%	14	29,7%	Compostos derivados de amoníacos
Xales, écharpes, lenços de pescoço, cachecóis, mantilhas, véus	0	0,0%	12	25,0%	Xales, écharpes, lenços de pescoço, cachecóis, mantilhas, véus
Plantas, sementes e frutos utilizados em perfumaria, medicina, inseticidas	0	0,0%	1	1,1%	Plantas, sementes e frutos utilizados em perfumaria, medicina, inseticidas
Interruptores, comutadores, relés e semelhantes	1	100,0%	0	0,0%	Interruptores, comutadores, relés e semelhantes
Subtotal	1	100,0%	48	100,0%	
Outros produtos	0	0,0%	0	0,0%	
Total	1	100,0%	48	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alceweb, Abril de 2018.

Comércio Mongólia x Mundo



Elaborado pelo MRE/DPV/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, April 2018.

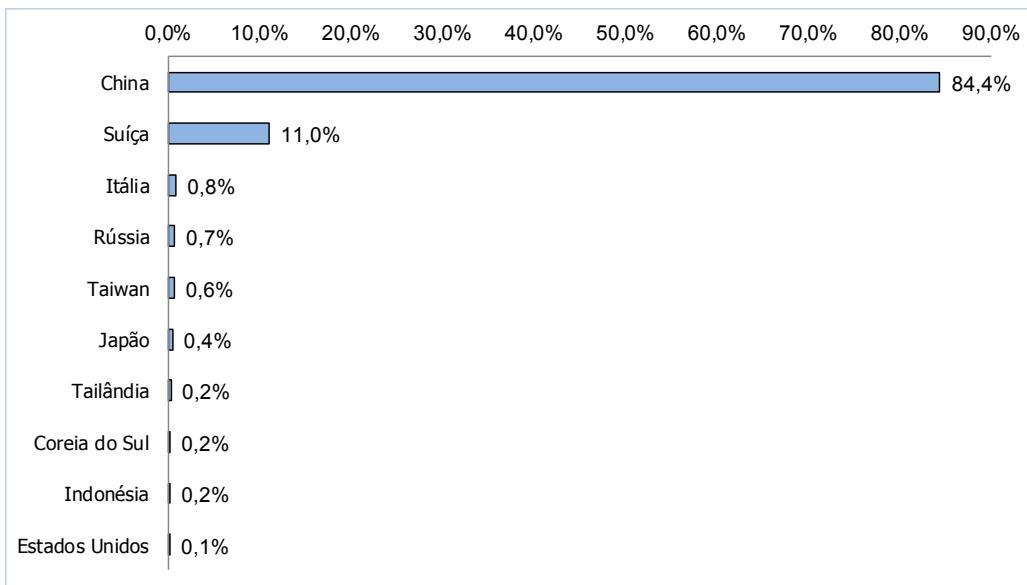
A Mongólia não reportou seus dados de comércio para o banco de dados, portanto os valores foram obtidos através de espelho, ou seja, pela informação dos parceiros comerciais do país.

Principais destinos das exportações da Mongólia
US\$ milhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
China	5.097	84,4%
Suíça	666	11,0%
Itália	50	0,8%
Rússia	41	0,7%
Taiwan	38	0,6%
Japão	25	0,4%
Tailândia	14	0,2%
Coreia do Sul	10	0,2%
Indonésia	9	0,2%
Estados Unidos	9	0,1%
...		
Brasil (36º lugar)	0	0,0%
Subtotal	5.959	98,7%
Outros países	81	1,3%
Total	6.040	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, April 2018.

A Mongólia não reportou seus dados de comércio para o banco de dados, portanto os valores foram obtidos através de espelho, ou seja, pela informação dos parceiros comerciais do país.

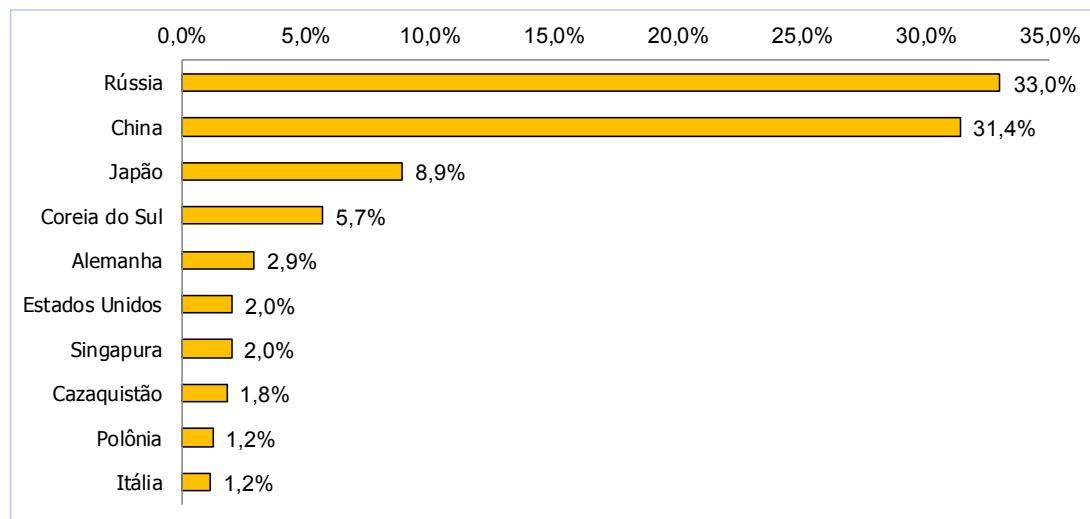


Principais origens das importações da Mongólia
US\$ milhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Rússia	1.327	33,0%
China	1.261	31,4%
Japão	357	8,9%
Coreia do Sul	228	5,7%
Alemanha	117	2,9%
Estados Unidos	81	2,0%
Singapura	80	2,0%
Cazaquistão	72	1,8%
Polônia	50	1,2%
Itália	47	1,2%
...		
Brasil (33º lugar)	6	0,1%
Subtotal	3.626	90,2%
Outros países	393	9,8%
Total	4.019	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, April 2018.

A Mongólia não reportou seus dados de comércio para o banco de dados, portanto os valores foram obtidos através de espelho, ou seja, pela informação dos parceiros comerciais do país.

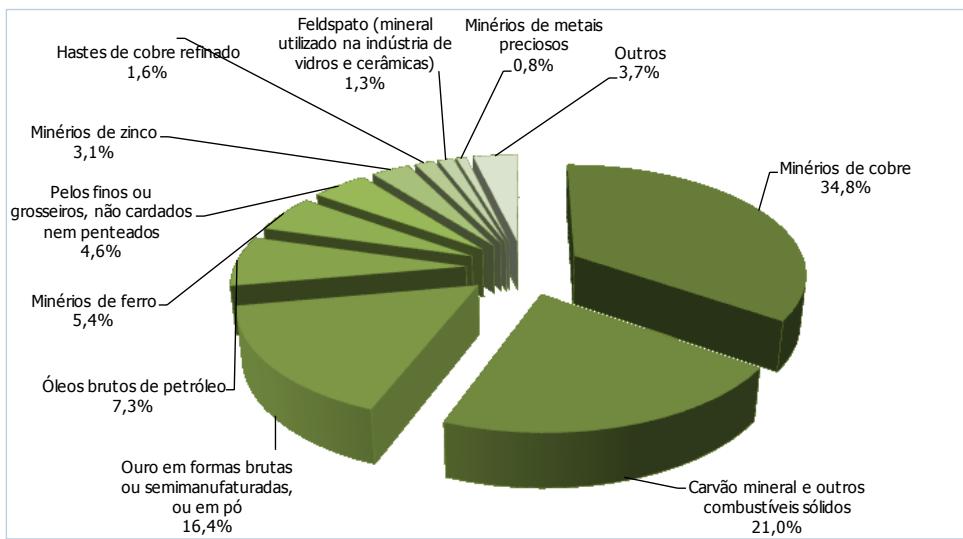


Composição das exportações da Mongólia (SH4)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 6⁽¹⁾	Part.% no total
Minérios de cobre	1.608	34,8%
Carvão mineral e outros combustíveis sólidos	972	21,0%
Ouro em formas brutas ou semimanufaturadas, ou em pó	758	16,4%
Óleos brutos de petróleo	337	7,3%
Minérios de ferro	250	5,4%
Pelos finos ou grosseiros, não cardados nem penteados	212	4,6%
Minérios de zinco	145	3,1%
Hastes de cobre refinado	74	1,6%
Feldspato (mineral utilizado na indústria de vidros e cerâmicas)	59	1,3%
Minérios de metais preciosos	38	0,8%
Subtotal	4.454	96,3%
Outros	171	3,7%
Total	4.625	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, April 2018.

(1) Última atualização disponível para composição das exportações do país.



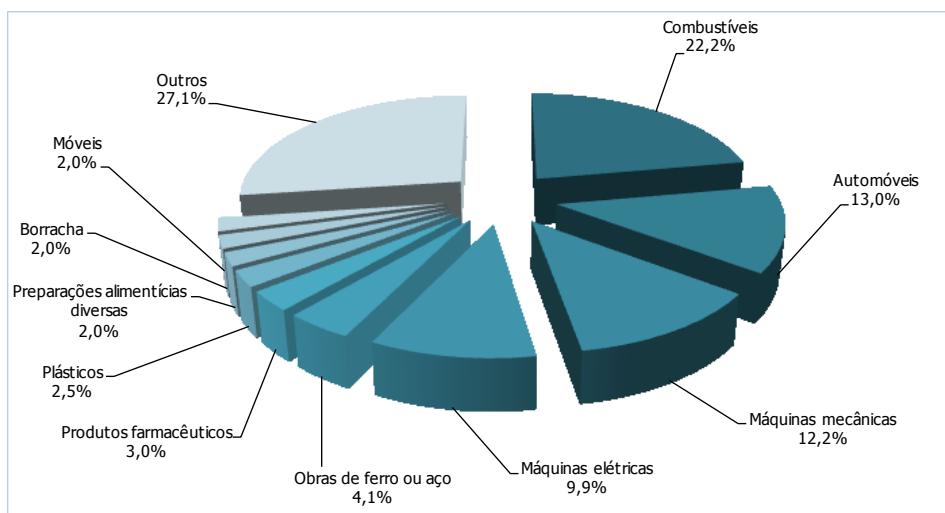
Composição das importações da Mongólia (SH2)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 6⁽¹⁾	Part.% no total
Combustíveis	681	22,2%
Automóveis	398	13,0%
Máquinas mecânicas	375	12,2%
Máquinas elétricas	305	9,9%
Obras de ferro ou aço	126	4,1%
Produtos farmacêuticos	91	3,0%
Plásticos	76	2,5%
Preparações alimentícias diversas	62	2,0%
Borracha	61	2,0%
Móveis	61	2,0%
Subtotal	2.236	72,9%
Outros	833	27,1%
Total	3.069	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, April 2018.

(1) Última atualização disponível para composição das exportações do país.

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos da Mongólia

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	1,24%	5,15%	5,02%	6,32%	5,00%
PIB nominal (US\$ bilhões)	11,05	11,14	12,51	13,79	15,05
PIB nominal "per capita" (US\$)	3.667	3.640	4.029	4.374	4.704
PIB PPP (US\$ bilhões)	37,09	39,70	42,65	46,32	49,60
PIB PPP "per capita" (US\$)	12.307	12.979	13.734	14.698	15.504
População (milhões habitantes)	3,01	3,06	3,11	3,15	3,20
Desemprego (%)	7,95%	7,96%	7,96%	7,96%	7,96%
Inflação (%) ⁽²⁾	0,90%	7,23%	7,80%	6,86%	6,50%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-6,33%	-8,80%	-6,42%	-8,30%	-5,98%
Câmbio (Tg / US\$) ⁽²⁾	2,490	2,427	2,339	2,276	n.d.

Origem do PIB (2017 Estimativa)

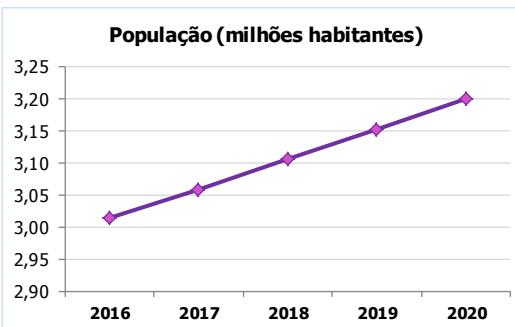
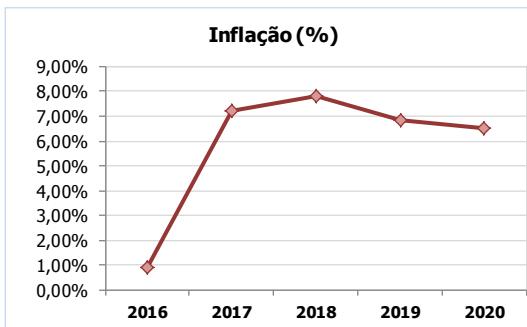
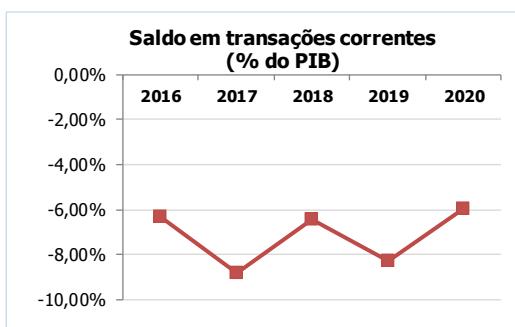
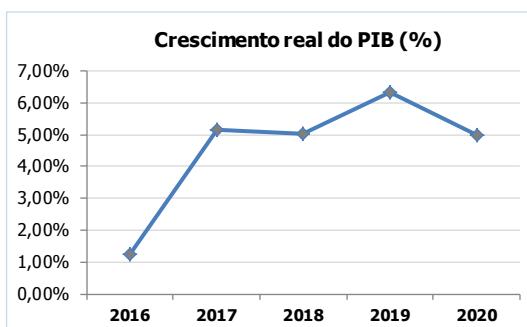
Agricultura	13,2%
Indústria	36,1%
Serviços	50,7%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2018 e da Cia.gov.

(n.d.) Dado não disponível.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.



Aviso nº 240 - C. Civil.

Em 21 de maio de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente na Mongólia.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República